

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

RENATA DA CONCEIÇÃO DE BARROS

**Inclusão Escolar e Pedagogia: modos de ser e gerenciar o sujeito
no cenário contemporâneo**

Rio Grande

2012

RENATA DA CONCEIÇÃO DE BARROS

**Inclusão Escolar e Pedagogia: modos de ser e gerenciar o sujeito
no cenário contemporâneo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Paula Corrêa Henning.

Rio Grande

2012

Dedico esta dissertação a três pessoas fundamentais neste caminho e em toda minha vida: meu pai, Carlos Doberto e Rosane pelo incentivo, amor, carinho, por apostar em meu trabalho – sem vocês esse trabalho não seria possível; E a minha filha Ana Júlia, por tornar cada dia de minha vida mais especial, cheio de alegria e por entender os momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

Neste momento gostaria de agradecer a todos aqueles que participaram e contribuíram na concretização deste trabalho tão importante para mim.

Início destacando a pessoa que acreditou no meu trabalho e me propiciou desenvolver este estudo. Sendo assim, agradeço primeiramente a minha orientadora, Prof. Dra. Paula Corrêa Henning, pelas incansáveis leituras e sugestões que contribuíram na escrita desta dissertação. Por ser exigente e rígida e, mostrar-me o melhor caminho para desenvolver a pesquisa e também, por me apresentar às leituras de Foucault, autor que, embasou-me no desenvolvimento desta dissertação.

Às estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, por se disponibilizarem a fazer parte desta pesquisa, respondendo o questionário.

Às minhas colegas e ao colega do grupo de estudos de Michel Foucault, Patrícia, Marisa, Priscila, Rose, Gisa, Vica, Bárbara, Lavínia, Elisandra e Paulo, agradeço pelos momentos de discussão teórica, pelas conversas no CEAMECIM, no Centro de Convivência da FURG ou ainda, nas idas e vindas entre Rio Grande e Pelotas. Esses foram momentos importantes, que certamente contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço aos professores que fazem parte desta Banca: Professora Dr. Rosária Sperotto e Professora Dra. Paula Regina Costa Ribeiro, por terem aceito o convite e estarem contribuindo com suas análises e sugestões. À professora Paula Ribeiro, faço um agradecimento especial, pois sua contribuição foi fundamental para esse estudo, já que, apresentou-me a minha orientadora e oportunizou meu crescimento como profissional, ao acreditar em meu trabalho, possibilitar minha participação em seu curso de formação para professores, bem como, por ter aberto as portas de seu grupo de estudos- GESE, para mim.

Agradeço as amigas do GESE: Paula, Raquel, Joaquina, Suzana, Bê, Ana, Tetê, Dárcia, Roberta, Jú, Fabi, Lú e Deise, pelas aprendizagens que me proporcionaram sobre as temáticas de corpo, gênero e sexualidade; pelas risadas e momentos mais que divertidos e, principalmente, por me acolherem em seu grupo. Agradeço, em especial, à Raquel e a Joaquina, por me ajudarem na escrita do projeto de pesquisa e pela disponibilidade, durante a pesquisa, que a mim dispensaram.

À minha irmã Suzana, agradeço por me incentivar a realizar este trabalho, por todo apoio disponibilizado, pelas conversas sobre a dissertação e sobre Foucault, por todo amor e amizade dedicados a mim. Ao meu irmão Fábio, pela amizade, carinho e momentos de descontração.

Meu agradecimento especial aos meus pais Rosane e Carlos Doberto, por todo apoio, incentivo, amor; por estarem ao meu lado em todos os momentos- bons e ruins- da minha vida; por se disponibilizarem, sempre que preciso, a cuidar da Ana Júlia, com tanta dedicação e carinho.

Agradeço também, a pessoa mais importante da minha vida, que me motivou e motivará sempre a procurar crescer como profissional e como pessoa, minha amada “filhota” Ana Júlia; por todo amor, por todos momentos de alegria que me proporciona; por entender as “ausências da mamãe”, por fazer dos momentos de estudo mais divertidos, por meio de desenhos animados, conversas entre a Polvina, Tubarina e Ester; pela pergunta feita, a todo instante, para saber se já havia terminado o estudo. Nunca esquecerei desses momentos e da tua compreensão, durante este período em que, a minha presença se fazia, mas não da maneira que merecias.

Agradeço ao meu namorado Diego, por todo carinho, apoio, conversas, risadas; por sempre disponibilizar sua ajuda, por entender meu nervosismo no final da dissertação e por fazer desse período, o mais alegre possível, graças a tua presença, sempre ao meu lado.

Por fim, agradeço também aos queridos/as amigos/as Thaisa, Elisa, Maurício, Dudu, Mariana, Flávia, Afrânio, Aline, Gerusa, Lúcia e Bruno, pessoas estas, que participaram desse momento, incentivando-me, apoiando-me, enfim, tornando esses momentos menos cansativos e mais divertidos com risadas, baladas, jantas e conversas.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar os enunciados produzidos pelas estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com relação a inclusão escolar. A discussão sobre tal temática vem fazendo parte da realidade escolar, e desta forma deve também ser debatida e problematizada na academia. Os cursos de formação de professores como a Pedagogia e as áreas vinculadas ao Ensino de Ciências vem se deparando com a problemática da Inclusão Escolar. Os enunciados que são tomados como o *corpus* discursivo desse estudo foram produzidos a partir da aplicação de um questionário nas turmas do quarto ao sétimo semestre do curso de Pedagogia da FURG. Para analisar os enunciados apóia-se nos estudos do filósofo Michel Foucault, utilizando principalmente seus trabalhos a respeito de normalização, discurso, genealogia, disciplina, biopoder, sociedade de segurança, pensamento do mesmo e governo dos homens. Assim, nesta dissertação no primeiro momento empreende-se os estudos na procura de tentar entender as condições de possibilidade para a emergência da inclusão escolar. Para tanto, traça-se um exercício genealógico analisando políticas públicas educacionais, afim de perceber quais foram os enunciados e acontecimentos que contribuíram para a formação deste discurso tão potente na atualidade, que é o discurso da inclusão escolar. Em um segundo momento, direciona-se o olhar para a análise dos enunciados produzidos pelas estudantes. Utilizando como metodologia de análise os estudos de Foucault sobre a análise do discurso percebe-se o que as estudantes de Pedagogia estão entendendo por inclusão escolar. Assim, relaciona-se os ditos das estudantes aos estudos de Michel Foucault, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward. Estes ajudam a perceber o quanto a episteme que nos abriga se preocupa em deixar tudo e todos semelhante e aparentado, e por isso olha para os sujeitos incluídos no sentido de identificar suas diferenças para cada vez mais desenvolver formas de normalizá-lo. Nesse sentido, preocupa-se em apagar suas diferenças e deixar toda sociedade homogenia, fazendo com que esse *outro* e diferente faça parte do *mesmo*. No terceiro e último momento busca-se perceber que saberes as estudantes entendem como necessários para desenvolver a inclusão escolar. Estas consideram importante conhecer, cada vez mais, os sujeitos que são incluídos. A partir disso problematiza-se o quanto precisamos desenvolver saberes sobre os incluídos, pois, permitenos buscar outras e novas estratégias para que sejam educados, ensinados, normalizados e, cada vez mais e melhor, governados. Percebe-se também o quanto a ciência com seu *status* de verdade e em destaque as ciências do campo da psicologia vêm sendo vistas como importantes para o desenvolvimento da inclusão escolar. Desse modo, guia e constitui os modos de ser professor, de ensinar e de aprender. Por fim, entende-se que o discurso da inclusão escolar é desenvolvido no sentido de trazer tudo que é desviante para fazer parte do *mesmo*, disciplinando e governando os sujeitos, mantendo assim a sociedade mais segura e livre dos riscos e problemas que podem acometê-la.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Discurso. Normalização. Disciplina. Segurança.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the utterances produced by students from the pedagogy course of the Federal University of Rio Grande - FURG, related to school inclusion. The discussion on this theme has been part of school reality, and thus should also be discussed and problematized in the gym. Training courses for teachers and pedagogy and the areas linked to science education has been faced with the problem of school inclusion. The statements that are taken as the discursive corpus of this study were produced from a questionnaire applied to classes from the fourth to the seventh semester of FURG's Pedagogy course. In order to analyze the utterances, it is relied on studies of philosopher Michel Foucault, using mainly his work on normalization, discourse, genealogy, discipline, biopower, security society, thought of the Same and men government. Thus, in this dissertation, at first time, it is undertake studies trying to understand the conditions of possibility for the emergence of school inclusion. For this purpose, it is draw genealogical exercise analyzing educational public policies, in order to understand what were the statements and events that contributed to the formation of this discourse so powerful today, which is the discourse of school inclusion. In a second moment, the focus is directed to the analysis of utterances produced by students. Using as analysis methodology Foucault's studies on discourse analysis it is realized what Pedagogy students understand as school inclusion. Thus, the utterings of students are related to the studies of Michel Foucault, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva and Kathryn Woodward. These help to see how the episteme that shelters us cares about getting everything and everyone similar and related, and so looks to the included subjects towards identifying their differences in order to increasingly develop ways to normalize them. In this sense, focuses on erasing their differences and let the whole society homogeneous, making that this *other* and different become part of the *same*. In the third and last moment we seek to realize what knowledge students understand as necessary to develop the school inclusion. These consider important to know, increasingly, the subjects who are included. Based on this, it is problematized how we need to develop knowledges about the included ones thus allows us to look for other and new strategies for them to be educated, trained, normalized and increasingly more and better governed. It is perceived also how science, with its *status* of truth, and out those the sciences of the psychology field have been seen as important for the development of school inclusion. Thereby, it guides and constitutes ways of being teacher, teaching and learning. Finally, it is understood that the discourse of school inclusion is developed to bring all that is deviant to become part of the *same*, disciplining and governing the subjects, thus keeping the society safer and free of hazards and problems that might afflict it.

Keywords: School inclusion. Discourse. Normalization. Discipline. Security.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

ALGUMAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA EMERGÊNCIA DESTE ESTUDO	09
---	----

2. OS ARTIGOS

2.1 A INCLUSÃO ESCOLAR SOB ANÁLISE: PISTAS GENEALÓGICAS PARA PENSAR A ATUALIDADE	18
2.2 A INCLUSÃO ESCOLAR E A PEDAGOGIA SOB ANÁLISE	37
2.3 DISCURSOS CIENTÍFICOS CONSTITUINDO ESTRATÉGIAS PARA CONDUZIR A CONDUTA DOS SUJEITOS INCLUÍDOS	55

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

UM CONVITE PARA CONTINUAR REFLETINDO	73
--	----

4. REFERÊNCIAS	78
----------------------	----

5. ANEXO I	82
------------------	----

APRESENTAÇÃO

Algumas condições de possibilidade para emergência deste estudo...

Ao invés de tomar a palavra gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível (FOUCAULT, 2007, p.5).

Neste momento, deparo-me com a difícil tarefa de iniciar esta dissertação. Talvez o momento mais complicado até então, pois parece que as palavras fogem, escapam. No entanto, começar é preciso! Então tomo as palavras de Foucault, preferindo ser envolvida e levada por elas, sem pensar em um determinado começo, mas nas experiências que foram indicando os caminhos que fui seguindo. Assim, inicio minha escrita, pelo que se torna mais fácil de falar neste momento: o que me levou a desenvolver este estudo, o que fez com que hoje a temática da Inclusão Escolar se tornasse objeto da minha pesquisa, certamente não como um acaso, mas como algo que me inquieta, já há algum tempo.

Para mostrar a forma com que esta temática foi se constituindo como foco de minha pesquisa, enuncio os momentos, as histórias que fazem parte desta caminhada até este momento, não trabalhando de uma forma linear, cheia de datas, que tem uma origem, mas como fatos e vivências que deram as condições de possibilidade para emergência deste estudo em minha vida. Narrando estes fatos, estarei revivendo momentos do passado, buscando entender e dar significado ao meu presente. Para Larrosa (1996, p.466): “[...] la conciencia de sí en el presente es siempre conciencia de quién somos en este preciso momento de nuestras vidas. Y contiene, por tanto, alguna forma de conciencia de quién hemos sido y alguna forma de anticipación de quién seremos”.

Este tempo em que vivemos, o presente, é um tempo atrelado ao passado, a história de cada um, tal como somos capazes de imaginar, interpretar, e narrar “Más o menos nítida, más o menos delirante, más o menos fragmentada” (LARROSA, 1996, p.467). Desta forma, narramos nossas histórias de acordo com o que recordamos, de acordo com o que foi significativo em determinados momentos, assim nunca será uma história completa, mas fragmentada e muitas vezes interpretada por nós mesmos. Essas histórias dão sentido a nossas vidas e constituem nossas identidades, juntamente com as histórias que ouvimos. Assim, “[...] la historia de nuestras vidas es la historia de las narraciones que hemos oído y leído y que, de algún modo, hemos puesto en relación con nosotros mismos” (LARROSA, 1996,p. 473).

Envolvida com as palavras de Larrosa, passo neste momento, a narrar alguns fragmentos da história de minha vida, buscando entender o que fez com que eu me constituísse como uma pesquisadora da educação, especificamente do campo da inclusão escolar.

Penso que nossos estudos sempre começam com alguma inquietação sobre algo que acontece em nossa volta, como nos diz Bujes (2007, p.16):

[...] a pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos, com as explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que, em algum momento, julgamos inabaláveis. *Ela se constitui na inquietação* [Grifos da autora].

Neste sentido, este estudo não foi diferente, pois ele surgiu de inquietações que se constituíram a partir 2002. Nesse ano estudava no antigo segundo grau, e tive a oportunidade de ser voluntária no CERENEPE (Centro de Reabilitação Neurológica de Pelotas), tendo, também, a possibilidade de conhecer os sujeitos que hoje são incluídos em escolas regulares de ensino, conhecendo a organização do ensino e a forma com que esses sujeitos eram tratados nessa instituição.

Foram esses estranhamentos que me fizeram querer saber mais sobre como desenvolver o ensino com crianças que hoje são incluídas em escolas regulares. Assim, optei pelo curso de Pedagogia e ingressei na Universidade Federal de Pelotas em 2004. Realmente este lugar me proporcionou diferentes conhecimentos sobre a educação e as teorias de aprendizagem. Mas como ensinar aos incluídos? Essa era uma pergunta recorrente, pois ao final do curso, a inclusão estava muito presente no contexto educacional. No entanto, dentro da Universidade parecia um assunto vetado, pois, dificilmente havia alguma disciplina que trabalhasse, mesmo que minimamente, com esta temática. Sair da faculdade sem minhas respostas, foi frustrante. Hoje, percebo que, devemos ir atrás do conhecimento, sem esperar que ele seja entregue em nossas mãos.

Após o término da faculdade, continuei a buscar conhecer, cada vez mais, esta temática. Assim, entrei no curso de especialização no grupo de História da Educação da Universidade Federal de Pelotas e comecei a investigar a história da instituição que motivou minhas reflexões sobre este tema, o CERENEPE.

Ao acabar minha especialização e sentindo vontade de continuar a pesquisar sobre a temática da inclusão escolar me inscrevi no mestrado do Programa de Pós- Graduação em Educação em Ciências da FURG, onde em meu projeto, eu tinha como objetivo analisar os enunciados produzidos pelos/as professores/as em formação no ensino superior, sobre

inclusão; bem como conhecer as estratégias de ensino utilizadas por estes em suas aulas de ciências, a fim de propiciar o processo de aprendizagem dos alunos incluídos. No entanto, este objetivo inicial foi se modificando e a seguir apresento os motivos que me levaram a mudar o rumo desta pesquisa.

Encontrando o *corpus* discursivo e os estudos de Foucault como caminho metodológico a seguir

Entrei no mestrado com o projeto mencionado acima, mas ao começar a escrever sobre o assunto, a participar das disciplinas oferecidas pelo Programa, do Grupo de Estudos de Michel Foucault e dos seminários de apresentação de pesquisas, fui modificando os contornos de minha investigação. Sendo assim, passei a ter como objetivo de pesquisa *analisar os enunciados produzidos pelas estudantes do curso de Pedagogia da FURG, sobre inclusão escolar.*

Esses enunciados surgiram a partir de um questionário (ANEXO I) aplicado e respondido durante o segundo semestre de 2010, pelas oitenta e cinco estudantes do 3º ao 7º semestre do curso de Pedagogia da FURG. A escolha por estudantes destes semestres, deve-se ao aprofundamento nas discussões sobre inclusão escolar e mais amplamente ao campo da Educação, já que, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, o primeiro ano dedica-se aos fundamentos educacionais. Ressalto também que, ao longo deste estudo, nomeio os estudantes pelo gênero feminino devido à expressiva presença de mulheres neste curso de licenciatura.

Considero relevante destacar que o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rio Grande- FURG, trabalha em seu Projeto Político Pedagógico com algumas iniciativas a respeito do desenvolvimento da inclusão escola. Assim no documento acima referido contempla-se o trabalho com esta temática através da oferta de duas disciplinas obrigatórias, tais como Língua Brasileira de Sinais e Psicologia da Educação dos Portadores de Necessidades Especiais. Assim o curso e, de forma mais ampla, a Universidade está comprometida com a inclusão escolar através da preparação de um profissional apto a exercer a educação especial, tal como é chamada no referido documento.

O referido instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa, perguntava o entendimento das estudantes a respeito da inclusão escolar, bem como que leis e diretrizes que regem a inclusão escolar conheciam e, por fim, indagava sobre que saberes julgavam ser necessários para efetivar a inclusão escolar. Tais enunciados foram separados e agrupados em categorias de análises e, dessa forma, fui produzindo os artigos 2 e 3 que compõem essa dissertação. No artigo 1, sentindo a necessidade de me aproximar dos enunciados proliferados

a respeito da inclusão escolar, investiguei algumas políticas públicas educacionais que tratavam de inclusão escolar e apontei algumas condições de possibilidade para a emergência desse discurso tão potente na atualidade.

Como estratégia metodológica para analisar o *corpus* discursivo apresentado acima, utilizei algumas ferramentas da análise foucaultianas: a genealogia e a análise do discurso. Quero aqui tecer algumas considerações introdutórias, sendo estes conceitos devidamente aprofundados e discutidos no interior dos artigos dessa dissertação.

No primeiro artigo que constitui esta dissertação busquei perceber de que forma a inclusão escolar foi tomando espaço no âmbito educacional e se constituindo como um discurso proferido e seguido por todos. Para isso, adentrei nos estudos sobre genealogia e utilizei algumas pistas deixadas pelo autor, sobre esta maneira de construir história. Na genealogia busca-se, através de alguns dados históricos, perceber as condições de possibilidade para a emergência de alguns discursos proferidos nos dias atuais. É uma pesquisa histórica, marcada por compreender a importância dos fatos do passado para que possamos entender o nosso presente.

Desta forma, não se limita ser uma história de fatos importantes, de momentos e pessoas marcantes, nem tampouco é uma história que se preocupa em trazer a linearidade, a origem ou uma verdade sobre os fatos. Como nos diz Foucault é “[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito [...]” (2008, p. 7). A genealogia está ligada a forma com que os saberes e os discursos são produzidos, sem se remeter a um sujeito constituinte. Dedicase a conhecer e compreender alguns momentos da história, que, muitas vezes, são vistos como pequenos e desnecessários, porém, são entendidos aqui como indispensáveis para que possamos entender alguns acontecimentos e discursos proliferados no agora.

Como nos diz Foucault (2008, p.171): “Chamemos provisoriamente de genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais”. Assim a genealogia se constitui como um modo diferente de ver e perceber a história, não no intuito de criticar aquela que, até então conhecemos, mas como uma outra possibilidade de perceber os fatos. Aqui as singularidades, os detalhes, as pessoas não conhecidas e suas histórias são importantes para constituir e entender o nosso presente.

Tendo esclarecido a proposta metodológica utilizado no primeiro artigo, trago a forma como operei com a ferramenta metodológica utilizada para analisar os enunciados produzidos pelas estudantes de Pedagogia da FURG, a respeito da inclusão escolar. No segundo artigo,

busquei analisar os ditos das estudantes de Pedagogia sobre o que estas entendem por inclusão escolar e, no terceiro artigo, busquei identificar que saberes estas estudantes percebem como importantes para desenvolver a inclusão escolar. Em ambos os artigos utilizei os estudos de Foucault sobre análise do discurso.

Comecei esta empreitada categorizando os enunciados presentes nos questionários. Digo que não foi uma tarefa simples, pois, Foucault não conceitua essa ferramenta metodológica da forma com que estamos acostumados e acomodados a trabalhar, frente aos moldes da episteme moderna. Ao mergulhar nas obras do referido autor, consegui identificar alguns traçados que deveria seguir e que me possibilitaram desenvolver as análises que apresento ao longo da dissertação. Assim, anuncio aqui algumas pistas sobre análise do discurso deixadas por Foucault.

Iniciei a análise dos ditos das estudantes, não querendo interpretar o que foi dito, mas analisando o próprio enunciado produzido pelas estudantes, pois segundo Foucault (2009, p. 127) “Nem oculto, nem visível, o nível enunciativo está no limite da linguagem [...]”. A partir disso, comecei a perceber as regularidades discursivas que apareciam e, nesse sentido, relacionava os enunciados que se repetiam a outros que pertenciam à mesma formação discursiva. Fui recortando e guiando meu olhar para certos enunciados. Olhei para esses ditos, buscando perceber as formações discursivas que apareciam regularmente.

Desta forma, fui selecionando os enunciados que iriam fazer parte do *corpus* de análise da pesquisa. Em seguida, fui escolhendo os conceitos e teorias que iriam embasar teoricamente a análise dos dados da pesquisa. Ressalto assim, que não havia categorias de análise previamente estabelecidas, estas só foram constituídas após minha imersão nos materiais empíricos e nos estudos foucaultianos. Assim, somente após ler e reler, por várias vezes, os dados desta pesquisa é que foi possível desenvolver as categorias desenvolvidas neste estudo.

Ao analisar os enunciados das estudantes encontrei fontes produtivas para pensar alguns discursos que vem sendo produzidos a respeito da inclusão escolar e percebi que, muitos destes enunciados, já haviam se tornado discursos que são tomados por verdadeiros por muitos nós. Os discursos se constituem como verdades incontestáveis, porque, em algum momento ou em vários, eles foram ditos e reditos por uma ou mais pessoas e instituições, obedecendo a uma regularidade discursiva. A partir disso, os enunciados foram entrando em um jogo de força onde alguns enunciados foram excluídos e outros reiterados, fazendo assim aparecer o discurso. Vale lembrar que dessa forma, constituímos o discurso da inclusão escolar e outros tantos que estão espalhados na sociedade. E esses discursos só entram nessa

ordem do discurso e se tornam legítimos, porque são entendidos como importantes e úteis para todos nós.

Após mostrar os caminhos e motivações que me levaram a desenvolver esta dissertação, apresentar o *corpus* discursivo que constitui este estudo e evidenciar as metodologias de análise utilizada, passo a anunciar a forma como esta dissertação está organizada.

A dissertação pretende dar conta de seu objetivo de pesquisa – analisar os enunciados produzidos pelas estudantes de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande sobre inclusão escolar – através dos estudos desenvolvidos ao longo de três artigos que compõem esta investigação. Esta forma de apresentação proporciona a divulgação em eventos e revistas, permitindo que um maior número de pessoas possa ter acesso aos resultados deste estudo, possibilitando talvez outros modos de olhar, entender e significar a maneira como a inclusão escolar é debatida no âmbito educacional. Desta forma, passo agora, a apresentar rapidamente as discussões realizadas em cada um desses artigos.

No primeiro artigo intitulado, **A inclusão escolar sob análises: pistas genealógicas para pensar a atualidade**, traço um exercício genealógico, buscando evidenciar algumas condições de possibilidade para o surgimento da inclusão escolar. Para desenvolver este trabalho, utilizo os estudos de Michel Foucault a respeito da forma que o Governo procedeu em relação aos sujeitos acometidos pela Lepra, a Peste e a Varíola e o os relaciono aos discursos produzidos pelas políticas de inclusão: Declaração de Salamanca de 1994, Leis de Diretrizes e Bases (1961, 1971, 1996) e Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001).

No segundo artigo intitulado, **A Inclusão Escolar e a Pedagogia sob Análise**, analiso os enunciados produzidos pelas estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rio Grande a respeito do que as acadêmicas estão entendendo por inclusão escolar. Neste sentido, relaciono os ditos produzidos aos estudos de Michel Foucault, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward sobre o quanto olhamos para os sujeitos, buscando encontrar as similitudes e as disparidades entre eles e acabamos por produzir classificações e por firmar identidades. Ao perceber as diferenças entre os seres, buscamos trazer esse *Outro*, tido como diferente, para a mesmidade, fazendo com que tudo e todos se pareçam e fazendo com que o *Outro* faça parte do *Mesmo*, lugar onde a maioria de nós nos encontramos. Ao trazer todos para a mesmidade estará se alcançando o ideal da sociedade moderna: a homogeneização e o bem estar de toda população.

No terceiro e último artigo intitulado, **Discursos científicos constituindo estratégias para conduzir as condutas dos sujeitos incluídos**, continuo analisando os discursos produzidos pelas estudantes de Pedagogia, agora investigando seus enunciados a respeito dos saberes que estas consideram necessários para que ocorra o processo de inclusão escolar. Assim, as estudantes vêm entendendo o quanto é importante conhecer os alunos incluídos, bem como, são necessários os discursos científicos – em destaque o discurso da ciência da psicologia –, para desenvolver a inclusão escolar. Relaciono os ditos das alunas aos estudos de Foucault sobre a incessante busca da sociedade moderna de conduzir as condutas dos sujeitos. Assim, problematizo sobre o quanto precisamos conhecer os sujeitos para desenvolver formas de melhor governá-los. Trato, ainda, sobre como os discursos proliferados pela ciência, tidos como verdadeiros, vêm conduzindo nossos modos de ser e viver em sociedade. Por fim, discuto sobre o quanto o campo das ciências da psicologia vem sendo considerada uma área autorizada a falar, a desenvolver saberes e, dessa forma, vem constituindo diferentes maneiras de melhor governar, normalizar e ensinar os sujeitos incluídos.

Após apresentar os três artigos que compõem esta dissertação, teço algumas considerações finais a respeito do trabalho desenvolvido. Assim, no movimento intitulado **Um convite para continuar refletindo**, tentei responder algumas questões que me inquietam a bastante tempo e trouxe outras tantas perguntas que passaram a fazer parte dos meus pensamentos.

Penso ser importante, deixar claro que, em nenhum momento deste estudo defendo ou, ao contrário, apóio o discurso da inclusão escolar. A intenção é problematizar esse discurso que, muitas vezes, não é questionado, apenas seguido por muitos – ou todos? – de nós. Tomo as palavras de Foucault (2009, p.19), quando diz:

Não se trata de uma crítica, na maior parte do tempo; nem de uma maneira de dizer que todo mundo se enganou a torto e a direito; mas sim de definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão – tentar definir esse espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda.

Assim, não quis ir contra ou defender o discurso da inclusão, pois penso que ele não está aí em vão, ele vem produzindo novas maneiras de pensar, sentir e viver o tempo atual. Mas, penso que, assim como esse discurso, e outras tantos presentes em nossa sociedade, ele adquire um *status* de verdade que faz com que o aceitemos decisivamente, sem muitas vezes questioná-lo. Trago essas discussões não no sentido de querer destruir com tudo que está

posto, mas questionar algumas verdades instauradas no campo educacional, permitindo-me resistir ao que é dito e proliferado por aí.

E é nesse sentido que desenvolvo essa dissertação, com intuito de suspeitar de algumas verdades sobre a inclusão escolar, pois, entendo que desconfiar destas verdades faz com que possamos pensar em outras formas de viver, ensinar, se relacionar e agir. Digo isso, não apenas em relação à inclusão escolar, mas também, a outros tantos discursos proliferados em nossa sociedade que deixam de ser contestados e que vem nos interpelando e constituindo nossas posições de sujeito.

Entendo que esta temática se torna relevante para ser discutida amplamente não só em relação ao curso de Pedagogia, mas deve também ser problematizada nos diferentes cursos de formação de professores, já que é um assunto presente na realidade escolar. Desta forma, considero que este estudo problematiza a inclusão e algumas políticas públicas educacionais no sentido de perceber de que forma os enunciados proliferados sobre a inclusão escolar, vistos na mídia, nas políticas públicas educacionais, na academia entre outros espaços, vem produzindo verdades sobre como agir, ensinar e conviver com os sujeitos incluídos. Esses enunciados vêm interpelando, constituindo e moldando as práticas educacionais não só dos alunos licenciados em Pedagogia, como nos outros tantos cursos de licenciaturas, tais como os vinculados ao Ensino de Ciências. Nesse sentido, esta discussão sobre inclusão escolar é válida e deve ser amplamente debatida nos cursos que não estão em destaque neste estudo, mas que trabalham com a formação dos sujeitos que trabalharão com a educação e, conseqüentemente, com a inclusão escolar.

Nesse sentido, convido o leitor a caminhar comigo nos emaranhados dessa pesquisa, problematizando a inclusão escolar e as verdades instauradas no campo da Pedagogia. A intenção é discutir sobre um discurso tão caro ao cenário atual e questionar enunciados que dão a ver a inclusão como uma potente ferramenta na busca pela condução das condutas, seja dos sujeitos tidos como normais, seja dos sujeitos tidos como anormais.

2. OS ARTIGOS

2.1 A Inclusão Escolar Sob Análise: Pistas Genealógicas Para Pensar a Atualidade¹

Resumo: Neste artigo trago algumas pistas genealógicas para entender as condições de possibilidade para emergência desse discurso tão potente como é o da Inclusão Escolar. Para tanto, analiso alguns documentos oficiais como as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica de 2001, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996 e a Declaração de Salamanca de 1994. Nessa tentativa de trazer algumas pistas genealógicas da inclusão escolar, relaciono tal processo aos exemplos trazidos por Foucault (2007, 2002 e 2008b) a respeito da lepra, da peste e da varíola. Neles, Foucault nos mostra como o Governo procedeu em cada uma dessas doenças e que relações de poder foram desenvolvidas para agir sobre esses indivíduos e populações doentes.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Inclusão; Disciplina; Sociedade de Segurança.

School Inclusion Under Analysis: Genealogical Clues to Think The Present

Abstract: In this article I present some genealogical clues to understand the conditions of possibility for the emergence of this so potent discourse which is School Inclusion. To this end, I analyze some official documents as the 2001 National Guidelines of Special Education in Basic Education, the Laws of Guidelines and Bases of 1961, 1971 and 1996 and the 1994 Salamanca Statement. In this attempt to bring some genealogical clues of school inclusion, I relate such process to examples brought by Foucault (2007, 2002 and 2008b) about leprosy, plague and smallpox. There, Foucault shows us how the Government proceeded in each of these diseases and which power relations have been developed to act on these sick individuals and populations.

Keywords: Public Policies of Inclusion; Discipline; Society of Security.

Neste artigo teço algumas considerações a respeito da história da inclusão, no intuito de motivar o pensamento a respeito da forma como essa temática ganhou tamanha evidência nos dias de hoje, sendo algo tão incitado e defendido pela sociedade. Algumas pistas históricas poderão me ajudar a compreender os enunciados que foram sendo produzidos na atualidade no que se refere a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em espaços regulares de aprendizagem.

Esclareço que não trago aqui um posicionamento contra ou a favor da inclusão. O que pretendo é problematizar, suspeitar, olhar com outras lentes a inclusão e, assim talvez, fazer emergir novas discussões, novas práticas e cenas educativas a respeito deste tema. Para analisar estes movimentos ocorridos, entre o momento em que estes sujeitos ditos anormais² eram excluídos da escola e o momento de agora, onde a inclusão já faz parte das salas de aula, irei utilizar os estudos de Michel Foucault sobre genealogia. Nesta direção, a história é percebida como “[...] um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história” (2008a, p. 15).

¹ Este artigo foi submetido á Revista de Educação PUC-Campinas.

² Anormais é um conceito utilizado por Michel Foucault (2002) que será tratado no interior deste artigo.

Essa não é uma história de grandes fatos e nem de nomes importantes, mas sim uma história baseada na singularidade, nos detalhes, em fragmentos que não foram capturados por historiadores, e que, pela via tradicional, não são vistos como história. Na correnteza de uma história do presente, entendo que estes pequenos acontecimentos esquecidos por uma história global, nos contam muitas coisas e nos faz entender um pouco do nosso presente. Não é uma história da origem da inclusão, mas uma história de pequenos fatos que evidenciam algo e que nos faz perceber quais foram algumas das condições de possibilidade para o desenvolvimento de uma política de inclusão escolar na atualidade.

Assim não busco uma história completa, global, mas uma história que tem relação com minha trajetória, uma história que envolve relações de poder, pois, no momento de escrita seleciono e considero importantes alguns fatos e não outros. Não é uma história neutra e que busca a verdade. Busca, sim, entrecruzar o passado e o presente para entender alguns acontecimentos atuais sobre a inclusão escolar: por que há uma preocupação em trazer estes sujeitos, até então excluídos, para dentro das salas de aula regulares? O que faz com que hoje a inclusão seja um discurso tão potente no campo educacional? Por que há um investimento forte em políticas públicas relacionadas à inclusão escolar? Essas são questões que não pretendo trazer uma resposta, mas fazer com que sejam pensadas. Com isso, gostaria de provocar o leitor – e a mim mesma – a pensar essa temática tão em voga na atualidade através de diferentes discursos sobre essa história e essas minhas inquietações.

Para entender melhor esse processo de inclusão, e nessa tentativa de trazer algumas pistas genealógicas da inclusão escolar, faço neste artigo dois movimentos que se encontram atrelados: anuncio e problematizo alguns exemplos trazidos por Foucault (2007, 2002 e 2008b) a respeito da lepra, da peste e da varíola. Estas foram doenças que se alastraram pelas cidades, preocupando e mobilizando a população em períodos históricos diferentes, ora num processo de exclusão, ora num processo de inclusão de toda população. Assim Foucault nos mostra como o Governo procedeu para eliminação de cada uma dessas doenças e que relações de poder foram desenvolvidas para agir sobre esses indivíduos e populações doentes. Traço também um exercício analítico a partir de documentos oficiais como as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica de 2001, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996 e a Declaração de Salamanca de 1994. Foi possível perceber que a inclusão escolar se desenvolve no sentido de possibilitar conhecer cada vez mais os sujeitos ditos anormais, pois a partir disso poderá se desenvolver estratégias, como colocá-los desde cedo na escola, treinar algumas atividades diárias, inseri-los no trabalho, dentre outras, pois essas ações possibilitam

normalizar esses sujeitos, para que se auto-governem, e assim não coloquem a sociedade em risco.

A Lepra como um processo de Exclusão na Idade Média

Em diferentes obras foucaultianas podemos encontrar a preocupação do autor em evidenciar os processos de ex/inclusão na sociedade ocidental ao longo dos séculos. Problematizando doenças que acometiam a população de diferentes cidades, Foucault nos mostra como a prevenção da lepra, da peste e da varíola podem ser entendidas como políticas na busca do controle social.

Iniciemos então tratando da lepra. Este foi um modelo de exclusão desenvolvido na Idade Média. Tal mecanismo de exclusão fazia com que pessoas com lepra fossem afastadas das cidades e da sociedade, assim não havendo contato com os indivíduos não leproso. Débora Matto e Sandro Fornazari nos mostram quais eram os procedimentos tomados a partir da constatação de um sujeito leproso aqui no Brasil:

[...] os doentes não tinham escolha: o internamento era compulsório. A viagem de centenas de quilômetros seria feita numa ambulância fechada, com os doentes acomodados em sua parte de trás. Havia a promessa da cura, mas o tratamento seria feito apenas a partir do alojamento dos doentes e só seria ministrado no hospital colônia. [...] à retirada das pessoas da casa para a ambulância, seguiu-se a queima da edificação e de todos os pertences da família, incluindo roupas, documentos e alimentos (2005, p.46).

Essa, então, foi uma prática de exclusão, separação, confinamento e segregação dos sujeitos acometidos pela lepra, para assim impedir a propagação da doença. Apesar de Foucault falar da exclusão fazendo referência aos leproso, pode-se perceber essa mesma segregação acontecer com outros sujeitos que, assim como os leproso, foram vistos como estranhos. Como exemplo de tal exclusão da sociedade, podemos citar as práticas alarmantes do Tribunal da Inquisição que aconteceu entre os séculos XII e XVI. Pessoas eram acusadas de bruxaria por usar ervas para cura de doenças e, quando eram capturadas, passavam por interrogatórios, onde eram torturadas até admitirem ser bruxas. Caso isso não ocorresse, ainda assim, eram consideradas bruxas, pois tinham muita resistência à dor. Após estes episódios, era dada a sentença às ditas bruxas: a queima das mesmas na fogueira. Assim, podemos perceber a maneira como o poder é empregado nessas pessoas: um tipo de poder de exclusão, de não aceitação deste outro, o diferente. Para Foucault:

[...] a maneira como o poder se exerce sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças, sobre os pobres. Descrevem-se em geral os efeitos e os mecanismos de poder que se exercem sobre eles como mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de

privação, de recusa, de desconhecimento; ou seja todo o arsenal dos conceitos e mecanismos negativos da exclusão (2002, p.54).

Vejo aqui um poder de espada do soberano, um poder de fazer morrer ou deixar viver, é “por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem o direito, eventualmente, de estar morto” (FOUCAULT, 2005, p.286). Assim, a lepra na Idade Média foi uma prática de “exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa [...]” (FOUCAULT, 2002, p.54). Todos estes que eram os estranhos para sociedade, como os leprosos, os doentes, os criminosos, os desviantes, as crianças, os pobres foram excluídos da sociedade e afastados do convívio social. Isso acontece, pois o estranho é alguém que não é conhecido, que ainda não se construiu um saber sobre ele, sobre sua anomalia, ele ainda é um monstro para a sociedade. É sabido que sem se ter um conhecimento sobre esse sujeito, sobre sua anomalia é difícil controlá-lo, agir sobre ele, tornando-o, desse modo, um perigo para o bem-estar da sociedade. Se não há um conhecimento sobre o sujeito, não se sabe o que ele pode ser capaz de fazer para o restante da população e também para si mesmo. Desta forma, na sociedade disciplinar vão se criar uma série de técnicas para conhecer este sujeito e assim tentar normalizá-lo. E é sobre esta normalização da sociedade disciplinar que desenvolverei a próxima seção.

A Inclusão na sociedade disciplinar

Como já foi dito, na sociedade disciplinar, ao invés de se excluir os sujeitos, vai-se agir no sentido de conhecê-lo cada vez mais e melhor, e isso só vai ser possível a partir do momento em que se procura decompor, quadricular os elementos, classificar, estabelecer rotinas de ações, enfim desenvolver técnicas de adestramento e de controle. Através disso, se compara os sujeitos, e assim se constitui uma média, uma medida do que se considera que é o normal, um modelo ótimo, construído através de um resultado esperado. Esse modelo ótimo permite perceber quem consegue ou não realizar determinadas tarefas, quem se enquadra nesse perfil. E, nessa medida, este é o sujeito normal. Aquele que não se enquadra é o denominado anormal. Assim, demarca-se o normal: aquele que se molda a essa norma; e o anormal: o indivíduo que não se molda. A disciplina estabelece assim uma norma padrão, onde todos devem se encaixar e agir conforme ela. Nesse sentido, a partir da norma instituída é que se identifica e se determina o normal e o anormal. Na normalização disciplinar instituiu-se primeiramente a norma para então identificar o normal e o anormal, assim cada vez mais se busca novas técnicas para enquadrar este anormal no modelo ótimo de normalidade, desta

forma a normalização disciplinar se constitui muito mais em uma “normação do que em uma normalização” (FOUCAULT, 2008b, p.75).

Esta normação é retomada por Foucault (2002), através do exemplo da peste. Onde, ao invés de excluir, como na lepra, passou-se a incluir os sujeitos através de mecanismos disciplinares. Quando declarada a peste no século XVII, aconteceu um forte policiamento de todos: em cada quarteirão havia um intendente, e para cada rua um síndico, ninguém podia sair de casa, apenas os síndicos, os intendentes e os soldados. Assim, Foucault detalha este policiamento sobre os corpos dos indivíduos:

[...] Todos os dias, o intendente visita o quarteirão de que está encarregado, verifica se os síndicos cumprem suas tarefas, se os habitantes têm queixas; eles “fiscalizam seus atos”. Todos os dias também o síndico passa na rua por que é responsável; pára diante de cada casa; manda colocar todos moradores às janelas (os que habitassem nos fundos teriam designada uma janela dando para rua onde ninguém mais poderia se mostrar); chama cada um por seu nome; informa-se do estado de todos, um por um- “no que os habitantes serão obrigados a dizer a verdade, sob pena de morte”; se alguém não se apresentar à janela, o síndico deve perguntar a razão: “Ele assim descobrirá facilmente se escondem mortos ou doentes” (FOUCAULT, 2007, p.162-163) [grifos do autor].

Além de toda essa vigilância, existiam ainda os relatórios desenvolvidos a partir dos registros realizados pelos intendentes e os síndicos. Nestes relatórios tudo era registrado: as mortes, as doenças, as reclamações, as irregularidades. Apenas um médico poderia tratar e visitar esses indivíduos, pois assim impedia-se que os acometidos pela peste escondessem sua doença e, além disso, fazia com que tal doença fosse tratada por alguém autorizado que pudesse estirpar a enfermidade (FOUCAULT, 2007). Assim pode-se perceber o poder disciplinar, na forma como essas pessoas eram vigiadas, havendo um intenso controle sobre esses corpos.

Para Foucault a partir do século XIX tem-se percebido processos de individualizações para marcar exclusões. As diversas instituições como escolas, fábricas, presídios, dentre outras, agem para distinguir quem é normal e quem não é. Nesses espaços, ocorre uma divisão, um binarismo, onde quem está fora dessa norma pré-estabelecida pela sociedade é tido como diferente e anormal. Nesse sentido, e a partir desta constatação, age-se sobre esse sujeito no sentido de vigiá-lo, discipliná-lo e corrigi-lo. Desta forma, segundo Foucault, fazemos funcionar “todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam.” (2007, p. 165).

Esse mesmo poder vê-se agir no momento em que estes sujeitos foram incluídos na sociedade, para que fossem vigiados, analisados desenvolvendo-se assim alguns saberes sobre

eles, para enquadrá-los em um tipo de anormalidade, fixando e atribuindo uma especificidade. Conhecendo essa anormalidade poderá se agir de uma determinada maneira no corpo desse indivíduo para discipliná-lo, e tentar normalizar esse sujeito. Assim, esse poder age no corpo de cada indivíduo com o intuito de corrigir, domesticar, tornar esses corpos dóceis e, além disso, corpos úteis, que produzam para a sociedade em que vivem. Para Foucault: “[...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (2007, p.118). Assim, a disciplina se torna imprescindível, pois permite retirar cada vez mais força desses corpos e, através do treinamento, faz crescer as habilidades dos sujeitos. Ela permite organizar as multiplicidades e o tempo, acelerar os movimentos, possibilitando maior rendimento e lucro desse corpo, ela funciona como um meio de formação de sujeitos úteis. No entanto, é importante que isso ocorra sem haver nenhum erro, nem fracasso, já que o rendimento deve ser o maior possível. Ao organizar essa multiplicidade, a disciplina permite que todos sejam úteis e assim faz aumentar a utilidade singular do sujeito, extraindo mais tempo e mais força desses corpos. Assim, ela faz crescer o efeito utilizável do múltiplo.

A partir dos estudos de Foucault (2009) vejo que para disciplinar os sujeitos e torná-los dóceis e úteis são indispensáveis três recursos para um bom adestramento: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

A vigilância hierárquica se configura como uma ferramenta que possibilita observar os sujeitos, esse olhar incessante funciona como uma forma de coerção, pois, ao ser vigiado os sujeitos agem da forma como se espera. Nesse sentido e com intuito de observar cada vez mais os sujeitos, são criadas algumas estruturas arquiteturais que possibilitam essa maior vigilância. Estas permitem, através do olhar, transformar as ações dos indivíduos, bem como agir nos sujeitos no sentido de modificá-los, de reconduzir suas condutas e dominar seu comportamento. Como nos diz Foucault (2009, p.167): “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento”.

Além desta técnica, a sociedade disciplinar investe numa outra estratégia chamada por Foucault de sanção normalizadora. Esta tem como princípio aplicar pequenas penalidades, ou seja, aplicar castigos aqueles que não desenvolvem bem suas tarefas ou não se comportam como o esperado pela sociedade. Desta forma, em todos os mecanismos disciplinares funciona um mecanismo penal que permite, qualificar e reprimir certos comportamentos. “O

que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios” (FOUCAULT, 2009, p.172). Com a aplicação destas micro penalidades é possível corrigir o que não está funcionando conforme o esperado. Tal correção permite produzir uma homogeneização, fazendo com que todos se pareçam iguais. Essa homogeneização faz com que todos ajam de acordo com que é esperado e útil para sociedade. Desta forma, essa “penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra ela *normaliza*” (FOUCAULT, 2009, p. 176) [grifo do autor].

A última técnica utilizada na sociedade disciplinar é a combinação das outras duas, a vigilância constante, que tem o poder de agir no corpo dos sujeitos, direcionando suas condutas e a aplicação das sanções, que funcionam normalizando os sujeitos. O exame permite observar os sujeitos, constituir saberes sobre eles, e assim é capaz de diferenciá-los e sancioná-los. É uma comparação de cada um com todos, que se realizada a todo momento. A partir desta observação é possível identificar a forma com que vai se agir sobre cada indivíduo. Para isso ocorrer é imprescindível obter um registro sobre cada sujeito, o que permite ter um acompanhamento, estabelecer relações com outros indivíduos e as formas de correção que será aplicada sobre cada um. Acompanhando os registros de cada um é possível classificar os sujeitos, moldá-los e extrair maior força dos mesmos. Assim, o exame se configura como um “controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2009, p.177). Vejo esses três recursos serem aplicados, ainda hoje, em nossa sociedade e em destaque no campo educacional. Passo a perceber de que forma algumas destas técnicas disciplinares estão presentes nas políticas públicas educacionais que analiso neste estudo.

Percebo essa tentativa de organização da multiplicidade, utilização e docilidade dos corpos em documentos oficiais que se referem a escolarização dos alunos com necessidades educativas especiais que deve ser prestada desde a educação infantil, passando por toda educação básica: “A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (LDB, 1996, §3º). Ou ainda nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica: “O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica” (2001, Art. 7º). Entendo que essa preocupação em oferecer ensino regular aos alunos com necessidades especiais aconteça alicerçada no princípio da igualdade. No entanto, nesses espaços fechados da escola podemos

perceber, como professores ou profissionais da educação, observam minuciosamente esses indivíduos, para que seja possível uma maior vigilância e utilização dos corpos. Assim, a escola age nesses indivíduos no sentido de um controle

[...] interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para as transformações dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. (FOUCAULT, 2007, p.144).

Desta forma, o aluno com necessidades educativas especiais deve ser incluído na escola desde bem pequeno, para aprender primeiro as regras de convivência e socialização, até durante toda educação básica, onde irá construir seus conhecimentos. Isso ocorre como uma tentativa de disciplinar e normalizar esses corpos. A escola torna-se um lugar privilegiado para estudar os sujeitos e, cada vez mais, conhecê-lo criando novas técnicas para corrigir tais indivíduos e os próprios alunos ditos normais. Assim, traz para sala de aula aquela paz que se transparece através do disciplinamento desses corpos, e que é típico da organização de uma sociedade disciplinar. Essa mesma organização faz com que se mantenha esse sujeito mais vigiado, permitindo que a sociedade não saia da sua ordem e fique livre dos riscos e perigos que podem acometê-la.

No mesmo sentido, as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica nos diz em seu § 1º: “Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e, quando necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso”. E ainda na Declaração de Salamanca: “Atenção especial deveria ser prestada às necessidades das crianças e jovens com deficiências múltiplas ou severas. Eles possuem os mesmos direitos que outros na comunidade, à obtenção de máxima independência na vida adulta e deveriam ser educados neste sentido, ao máximo de seus potenciais.” Nesses trechos percebe-se uma necessidade em desenvolver pelo menos atividades da vida cotidiana, constituindo-se como um corpo dócil, já que se tornam obedientes, manipuláveis, um corpo treinado, aperfeiçoado e moldado para desenvolver determinadas atividades e condutas. Neste mesmo sentido, tornam-se esses corpos também úteis, já que estão desenvolvendo atividades que trazem algum benefício a algo ou alguém. Para Foucault esse disciplinamento é uma arte do corpo humano que permite: “[...] a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (2007, p.119).

Tal disciplinamento dos corpos traz uma certa segurança para sociedade em geral, pois, se estes sujeitos estão bem treinados e vigiados para desenvolver determinadas tarefas, não representam um risco para outros sujeitos da sociedade. Para Foucault trata-se de “[...] exercer

uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (2007, p.118). Assim a disciplina esquadrinha, desarticula e recompõe o corpo humano. É ela quem mostra como adquirir o domínio sobre o corpo dos outros, “[...] não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 2007, p.119) [grifos do autor]. Ela, ao aumentar as forças de trabalho do corpo, aumenta sua utilidade e obediência.

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica traz um histórico sobre a educação especial, descrevendo que: “Até recentemente, a teoria e a prática dominantes relativas ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos, definiam a organização de escolas e de classes especiais, separando essa população dos demais alunos”(2001, p.20). E reforçando essa idéia, o capítulo V da atual LDB redige: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (LDB, 1996, Cap. V § 2º).

Ler estes excertos provoca-me a questionar a inclusão escolar: afinal de contas por que ocorreu esta mudança de classes especiais para as classes de inclusão? Por que retirar estes alunos destes lugares reservados a eles e trazer para o convívio com os demais? O que faz com que na década de 90 do século XX emergja essa discussão tão forte acerca dos alunos com necessidades especiais em classes regulares de ensino? Por que a maioria de nós levanta, com tanta veemência, a bandeira da inclusão de todos na escola? São alguns questionamentos que me colocam a refletir sobre essa inclusão, mas questionamentos difíceis de responder.

Para Foucault (2007) o confinamento dos sujeitos em determinadas instituições se torna potente para que haja uma organização das multiplicidades. Separando cada doença, cada detalhe pode-se conhecer, administrar e utilizar melhor esses sujeitos: a escola para os escolares, o hospital para o doente, o quartel para o soldado, o hospital psiquiátrico para os loucos, etc. Percebo que essa tática pode ser pensada nos processos de inclusão, já que estes sujeitos precisam, de alguma forma, desenvolver algumas capacidades que os tornem úteis para a sociedade. Essa tática disciplinar

[...] permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar “celular” (FOUCAULT, 2007, p.127) [grifo do autor].

Percebe-se nitidamente uma técnica do poder disciplinar que estabelece um quadro, que organiza a diversidade, como acontece na inclusão por classes ou escolas especiais³. Aqui, se organiza as especificidades de cada indivíduo para assim poder agir de uma determinada maneira com cada uma dessas especificidades, na tentativa de controlar e utilizar esses sujeitos. É um poder que só acontece a partir do saber que se produz sobre esse diferente, sobre esses ditos anormais, e é a partir desse saber, que se desenvolverão técnicas para normalizar esses sujeitos.

[...] Há, portanto, a necessidade de tornar os sujeitos conhecidos, de capturá-los dentro de classificações e diagnósticos que lhe atribuem um nome, ou de uma síndrome, ou de uma deficiência. Em qualquer um dos casos, essas categorizações, fazem desse sujeito alguém menos estranho, mais conhecido e, por isso, mais governável. (LOCKMANN, 2010, p.113)

Assim, desde que esses sujeitos deixaram de ser os estranhos, ou seja, quando estes foram conhecidos e estudados, sempre se procurou reconhecer seus problemas para que soubéssemos classificá-los e saber como reabilitá-los, como proceder para torná-los normal e como fazer para que estes sujeitos se encaixem nos padrões de aprendizagem com o qual a escola trabalha. “Ser conhecido para escola é condição necessária para que a educação se exerça” (LOPES, 2004 p.9). O professor tem que saber qual justificativa para a dificuldade na aprendizagem: se é a baixa visão, se tem déficit de atenção, se tem problemas neurológicos, etc. Não basta saber que é diferente, tem que saber mais, tem que conhecer ao máximo esse sujeito para assim saber como agir, corrigir e ensinar.

Em muitos momentos de minha escrita evidencio a necessária correlação da construção de um saber para o exercício do poder, já que para agir e normalizar os sujeitos é preciso primeiramente conhecê-lo. Para Foucault, poder e saber estão diretamente implicados, um precisa do outro para existir, isso não quer dizer que um está submetido ao outro, mas é difícil perceber a formação de um saber sem um exercício do poder, nem exercício de um poder sem antes uma formação e circulação de um saber. Para Foucault este é:

[...] um poder que não é ligado ao desconhecido, mas, ao contrário, a toda uma série de mecanismos que asseguram a formação, o investimento, a acumulação, ao crescimento do saber. [A Idade Clássica inventou técnicas de poder] enfim, como as que podem ser transferidas para suportes institucionais muito diferentes, como aparelhos de estado, as instituições, a família, etc. (FOUCAULT, 2002, p.60).

Essa relação de saber-poder é tratada por Foucault em *Vigiar e Punir* (2007), ao anunciar os três instrumentos para o bom adestramento. O último deles, o exame, se constitui como uma forma de vigiar permitindo qualificar, classificar, normalizar e punir os sujeitos.

³ Certamente em escolas regulares essa disciplinarização também ocorre. Aqui, gostaria de tratar, ainda que rapidamente, da operação do poder disciplinar em escolas especiais também.

Na escola, o exame permite ao mestre transmitir um determinado conhecimento, ao mesmo tempo em que adquire conhecimento sobre seus alunos. Assim ele se configura como uma troca de saberes “garant[indo] a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira[ndo] do aluno um saber, um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia” (2007, p.155). Nesse sentido, o exame se configura em um poder epistemológico que permite fazer uma ligação entre a formação de um saber e o exercício do poder, pois o fato de ser visto incessantemente e a sanção que busca normalizar, mantém o sujeito disciplinado. É um tipo de poder que se manifesta apenas pelo olhar. A partir da observação constante dos sujeitos, o exame permite a formação de um arquivo de registro intenso e detalhado das minúcias desses corpos. Este registro permite as instituições de ensino “[...] caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e capacidades, indicar a utilização eventual que pode fazer dele” (2007, p.158). Assim, o exame pode ser utilizado de duas formas: primeiro, para constituição do sujeito como objeto descritível, analisável, caracterizando-o a partir de seus traços singulares, de sua evolução, de suas aptidões e capacidades, ou seja, sobre o controle de um saber constante; e segundo, para a formação de um quadro comparativo, para perceber os efeitos e fatos comuns a um determinado grupo, “[...] a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’” (2007, p.158) [grifo do autor]. A partir de toda técnica de documentação, o exame faz de cada sujeito um caso, isso é “[...] o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado”. Enfim, esse exame permite fazer vigia sem folga, um estudo incessante sobre o sujeito para poder comparar, medir e classificar e então encontrar maneiras de normalizar esse sujeito. Assim, “[...] o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber” (2007, p.160).

As próprias salas com recursos pedagógicos – que tanto são tratadas nos documentos aqui sob análise –, que são destinadas para facilitar a aprendizagem dos alunos, evidencia um excelente espaço para o exercício do exame, já que lá os alunos estarão constantemente sob análise. “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (LDB 9394/96, Art.59). Esses métodos e recursos oferecidos a esses sujeitos incorrigíveis, são aparelhagens de correção, que existem e são criadas em função de suprir as deficiências desses indivíduos.

O indivíduo anormal do século XIX vai ficar marcado – e muito tardiamente, na prática médica, na prática judiciária, no saber como nas instituições que vão rodeá-lo – por essa espécie de monstruosidade que se tornou cada vez mais apagada e diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais investida por aparelhos de retificação (FOUCAULT, 2002, p.75).

Para Foucault (2002) o incorrigível é aquele que falhou a todas as técnicas de correção familiares e corriqueiras de educação, e é isso que o torna incorrigível, pois, ele requer uma nova tecnologia de reeducação, da sobrecorreção. O sujeito a corrigir é aquele constituído pelos discursos pedagógicos, psicológicos e médicos, como não-aprendente. Este só pode ser classificado a partir do momento em que é comparado a outros, e percebendo seus desvios, diferenças, e não aprendizagens, o classifica como um sujeito a ser corrigido.

Para corrigir estes sujeitos se investe em serviços de apoio, salas de recursos e medicações, entre outros aparelhos de retificação que são criados a fim de corrigir esses sujeitos para que não ameacem a tão cara homogeneização da sala de aula. Preocupa-se também que os anormais não evadam da escola, evitando um maior prejuízo para a sociedade disciplinar que necessita ter esses alunos em sala de aula, para que sejam vigiados, adestrados e, cada vez mais, normalizados.

De modo que vocês vêem desenhar-se em torno desse indivíduo a ser corrigido a espécie de jogo entre a incorrigibilidade e a corrigibilidade. [...] o eixo da corrigibilidade incorrigível vai servir de suporte a todas as instituições específicas para anormais que vão se desenvolver no século XIX. Monstro empalidecido e banalizado, o anormal do século XIX também é um incorrigível, um incorrigível que vai ser posto no centro de uma aparelhagem de correção (FOUCAULT, 2002, p.73).

Desta forma, esses sujeitos chamados de incorrigíveis são aqueles os quais é pouco provável que um dia sejam totalmente corrigidos, pois por mais que se desenvolva estudos e técnicas nas quais se possa corrigir essa incorrigibilidade esta correção será momentânea e este continuará a ser um sujeito a ser corrigido. Um exemplo deste fato são os sujeitos surdos, pois por mais que estes possam escutar através de um aparelho auditivo, quando não utilizar essa ferramenta, ele “continuará” surdo. Essa e outras técnicas são o foco de pensamento de instituições, como a escola, que visam corrigir os sujeitos momentaneamente, mas não fazem com que esses deixem de ser incorrigíveis. A escola não busca trabalhar o sujeito na sua incorrigibilidade, ela busca sempre submeter esse sujeito a um aparelho de retificação, a uma correção momentânea, para que ele possa aprender o que está sendo ensinado e depois volte a seu estado habitual.

Como vimos na sociedade disciplinar, a inclusão escolar surge como um poder produtivo, um poder que ao invés de excluir, como na lepra, inclui os sujeitos. A inclusão se dá no intuito de vigiá-los, na busca por desenvolver saberes sobre eles e, sendo assim, criar técnicas que façam com que estes sujeitos sejam adestrados e cheguem o mais próximo

possível do que se considera como um padrão de normalidade. Esse investimento em corrigir estes sujeitos faz com que eles não sejam um risco para o restante da sociedade. Estando bem treinado e vigiado, também será bem governado, e é isso que a sociedade de segurança procura desenvolver: um sujeito que se governe, com economia de esforços do Governo, e é sobre essa governamentalidade dos incluídos que tentarei desenvolver na próxima seção.

A Inclusão na sociedade de segurança

Na sociedade de segurança, o discurso da inclusão escolar surge com bastante potência, pois diferente da normalização na sociedade disciplinar, que agia no corpo individual de cada sujeito, na sociedade de segurança o intuito é mais ampliado. Aqui a inclusão aparece primeiramente como uma forma de prevenção: prevenir a sociedade deste sujeito que, se não estiver bem governado, pode realizar atos contra o bem-estar da população. Mas ela surge também como uma estratégia moral, pois incluindo este aluno ao convívio com os outros considerados mais normais, eles estarão aceitando este outro que é diferente, e através desta aceitação irá se prevenir também que aconteça algum tipo de violação ao bem-estar destes sujeitos anormais. Além disso, a normalização dos sujeitos incluídos se dá de maneira diferente da normalização na sociedade disciplinar: antes partia-se primeiramente da norma, para estabelecer quem era o normal e o anormal. Na sociedade de segurança, realiza-se um estudo das diferentes curvas de normalidades, parte-se do grupo considerado mais normal, mais comum e então se constitui e se fixa as normalidades mais favoráveis das menos favoráveis. Estas diferentes distribuições de normalidades funcionam umas em relação às outras, tentando trazer as normalidades menos favorecidas para as normalidades mais favorecidas. Percebe-se então que a norma é estabelecida a partir das diferenças dos grupos que se estuda e é a partir desse estudo que se classifica esses indivíduos e tenta-se normalizá-los.

Para entender melhor esta forma de inclusão Foucault traz como exemplo a epidemia da varíola, que é diferente da exclusão da lepra, e também da inclusão da quarentena na peste. Na varíola foi criado um sistema de estatística para mapear a vida da população, buscando saber “[...] quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual mortalidade, quais as lesões ou quais as seqüelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos [...]” (FOUCAULT, 2008b, p.14). Todo esse controle vai ocorrer no sentido de procurar acabar com esse problema, recorrendo às estatísticas para que haja uma prevenção, para que essa doença não se alastre por toda sociedade, mantendo então a

população segura. Com todas essas informações oriundas da estatística pode-se precaver a sociedade através de orientações, vacinas, campanhas e etc.

Foram as biopolíticas, as formas de intervenção do biopoder⁴, que agiram sobre os corpos desses sujeitos. Buscando o bem-estar da sociedade em geral, as estratégias biopolíticas criam mecanismos para gerir a sociedade e não colocá-la em risco. O biopoder refere-se a um poder que, ao contrário do poder soberano, que tinha objetivo de fazer morrer e deixar viver, tem o objetivo de fazer viver e deixar morrer, pois cada vez mais se tem investido em estratégias para aumentar a vida da população, em controlar os acidentes, em regulamentar a vida de toda população. Como nos explica Foucault, o biopoder está preocupado com um novo corpo, não mais individual, mas um corpo populacional.

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável, É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...] (2005, p.292-293) [grifo do autor].

Nos documentos como as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, a LDB de 1996 e a Declaração de Salamanca, pude perceber o quanto é enfatizado que estes sujeitos ditos anormais devam estudar para que no futuro entrem no mercado de trabalho. Esses documentos incentivam a educação profissional, cursos técnicos e de preparação para o trabalho, para construção de competências necessárias desses alunos, visando integrá-los no mercado de trabalho. Assim, esses sujeitos estarão integrando também a vida em sociedade.

Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto implica em tecnologias adequadas de treinamento, incluindo experiências diretas em situações da vida real, fora da escola. O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para educação superior sempre que possível e conseqüente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveriam ser levadas a cabo com o envolvimento ativo de aconselheiros vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 53).

⁴Biopoder e biopolíticas são conceitos trabalhados por Foucault e que são distinguidos por Edgardo Castro em sua obra Vocabulário de Foucault. Biopoder: “[...] trata-se da estatização da vida biologicamente considerada, isto é, do homem como ser vivente” (2009, p. 57). E biopolítica: “[...] é a maneira pela qual, a partir do século XVII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça” (2009,p. 60).

Percebe-se o quanto esses sujeitos devem ser treinados para desenvolver determinadas habilidades e servirem de alguma forma para sociedade, ou como nos diz Foucault “[...] adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (2007, p.143). Penso que isso aconteça numa tentativa de disciplinar e assim torná-los além de corpos dóceis, corpos úteis. Desta forma, estes estarão também se integrando na lógica neoliberal, onde todos devem ter uma renda. Ou seja, todos devem entrar no jogo do mercado, garantindo assim a cada um sua “[...] sustentabilidade, empresariamento, de autocontrole e etc” (LOPES, 2009, p.110). E para que todos entrem nessa lógica, se criam condições, primeiramente escolares como nos mostrou o trecho do documento acima. Investe-se primeiramente na formação profissional e educacional, mas muito mais que isso. Segundo Foucault, no neoliberalismo, esse investimento deve ir além, trata-se de investir também no tempo, na dedicação afetiva a esse sujeito, pois isso vai ser de grande valia para a constituição de um capital humano. “[...] o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos” (FOUCAULT, 2008c, p.315), deve ser percebido como um investimento capaz de constituir um capital humano, e isso não se refere apenas ao capital como forma de renda, mas o capital como aprendizagens, sentimentos, experiências que se adquire no intuito de que este sujeito seja um empreendedor de si mesmo, ou seja, para que saiba se governar.

Como vimos as políticas educacionais destinam bastante importância à formação educacional desses sujeitos ditos anormais. Além disso, são oferecidos a estes vagas especiais no trabalho, colocando-os também nessa corrente de consumo. Assim não é permitido que ninguém fique de fora desse jogo. Para Maura Corcini Lopes: “Não se trata de preocupação, qualificação e cuidado com o outro; trata-se, sim, da necessidade da permanência do outro. Para que a permanência do outro se mantenha, até mesmo para sustentar as redes de trabalho, a capacidade de consumir deve ser instalada” (2009, p.111). Assim vê-se formar o *homo economicus* de que nos fala Foucault (2008c), este nada mais é que um empresário de si mesmo, sendo seu próprio capital, sendo para si mesmo seu próprio produtor, sendo sua fonte de renda. Na perspectiva neoliberal não somos parceiro de troca, que compramos e fazemos troca monetária para adquirir determinados produtos. O homem do consumo dessa era neoliberal, é aquele que “[...] na medida em que consome, é produtor. Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação” (FOUCAULT, 2008c, p.311). Assim esse consumo nada mais é que um produtor de satisfação, e para que isso ocorra o *homo economicus*, utiliza-se da renda de que dispõe, e que adquiriu através do empresariamento de si.

Essa lógica do neoliberalismo se coloca como uma arte de governar própria da biopolítica, pois, com esses sujeitos presos na rede de trabalho e do consumo estão sob controle e tem suas condutas conduzidas e governadas. Assim o *homo economicus* aparece como aquele que não se deve mexer, é aquele que aceita a realidade ou que responde a suas modificações implementadas artificialmente pelo meio, ele é aquele governável, é aquele que age sobre o meio e modifica as variáveis do mesmo. Enfim, é um sujeito governável, um parceiro dessa arte de governar.

Um dos saberes acionados nesta sociedade de segurança e que se percebe presente nos documentos, é a estatística que serve para conhecer a realidade do Estado em um dado momento. Assim, ela aparece como “um conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 365). Nesse sentido, a estatística vem a ser utilizada neste contexto para criar dados sobre a inclusão e, com isso, desenvolver projetos para diminuir o risco na sociedade. Para

Uma missão prioritária das organizações internacionais e facilitação do intercâmbio de dados e a informação e resultados de programas-piloto em educação especial entre países e regiões. O colecionamento de indicadores de progresso que sejam comparáveis a respeito de educação inclusiva e de emprego deveria se tornar parte de um **banco mundial de dados sobre educação**.

[...] Progresso em direção à inclusão deveria ser cuidadosamente monitorado através do **agrupamento de estatísticas** capazes de revelar o número de estudantes portadores de deficiências que se beneficiam dos recursos, know-how e equipamentos direcionados à educação especial bem como o número de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas regulares (Declaração de Salamanca, 1994, p. 75) [grifos meus].

Como vimos nos excertos acima, a estatística vem penetrando esse espaço da inclusão, através de bancos de dados para compartilhar com outros espaços as informações sobre recursos, equipamentos, aprendizagens e saberes. Com isso, gera “[...] normas, estratégias e ações (programas e campanhas) para dirigir, administrar e otimizar suas condutas individuais e coletivas” (BELLO e TRAVERSINI, 2009, p.137).

Toda essa necessidade de produzir informações surge para propor e avaliar a vida da população, percebendo os espaços considerados problemas. Assim, ela constrói saberes a respeito da população para administrar, conduzir e otimizar o comportamento da população. A estatística permite pensar no que está por vir, no que pode acontecer, nos riscos e inconvenientes possíveis de surgir, possibilitando intervir antes que algo aconteça. Desta forma:

[...] é para produzir um local como sendo de risco que se coloca em funcionamento o saber estatístico como tecnologia, pois os números permitem um planejamento

administrativo à medida que fenômenos aparentemente disparados e incomensuráveis são transformados em coisas mesuráveis que são comensuráveis e comparáveis. (BELLO E TRAVERSINI, 2009, p.144).

Assim através desta tecnologia se consegue quantificar e ordenar a vida e a rotina da população, percebendo e marcando grupos ou indivíduos que podem vir a incomodar a ordem da sociedade, ela vem para enunciar os possíveis problemas, para que então se possa agir sobre sujeitos, através de campanhas e programas, para “[...] trazer à ordem esse grupo desviante” (BELLO E TRAVERSINI, 2009, p.148).

Como se pode perceber ao longo do texto, a escola torna-se um potente agente na sociedade de segurança, pois por meio dela, fica mais fácil controlar e orientar os alunos e também a família, economizando os custos do Governo. Como percebe Hattge: “Dessa forma, são gerenciadas, ao mesmo tempo, comunidades, famílias e indivíduos, evitando-se uma série de riscos, levando a uma economia da máquina estatal.” (2007, p.194) Esses riscos se referem ao que é possível acontecer, com determinados grupos de sujeitos, que estão vulneráveis a situações de risco. Podemos exemplificar através do risco de pegar alguma doença, como a recente H1N1, onde a escola teve um papel importante, de instruir pais, familiares e alunos a se vacinar contra a gripe e instalar hábitos de higiene para que não adquirissem a doença. Podemos perceber essa ânsia de normalizar e controlar parcelas da população também em casos como o uso de drogas, a gravidez precoce, as DSTs, dentre outros. A partir do momento que se sabe quais são os grupos que estão mais vulneráveis a determinado acontecimento, quando se percebe os grupos de risco, as estatísticas auxiliam – e por que não dizer determinam – na constituição de campanhas para prevenir esses sujeitos mais vulneráveis. A isso Foucault denominou de estratégias biopolíticas, que têm o intuito de preservação da vida.

Assim, a escola tem o papel importante na preservação da vida desses sujeitos, pois ela desenvolve estratégias de prevenção dos riscos, agindo como articuladora de informações nessa comunidade. Este mesmo controle dos riscos vimos aparecer nas campanhas de inclusão escolar, onde o que se pretende é colocar os alunos na escola, para vigiar, controlar, normalizar e administrar melhor esses sujeitos. A escola torna-se um lugar onde aprendemos “noções de higiene, alimentação saudável, prevenção de doenças, paz no trânsito, educação ambiental” (HATTGE, 2007, p.194). A partir desses ensinamentos, os alunos aprendem “bons” hábitos que acabam seguindo e passando ao restante da família. Assim, vários riscos são prevenidos a partir de uma única instituição. A escola, adquirindo tamanha importância para a prevenção de diferentes riscos, procura atingir a todos e a cada um, possibilitando assim o gerenciamento da população.

Considerações Finais

Ao final deste artigo, discuti sobre as diferentes estratégias de poder vivenciadas pela sociedade ocidental e os exemplos de como elas agem no sujeito e na sociedade. Tal exercício foi feito na tentativa de compreender como essas diferentes estratégias atuam no processo de inclusão escolar.

Assim busquei construir, debruçada em algumas pistas genealógicas, uma história da inclusão escolar através de algumas políticas públicas da educação atreladas à inclusão escolar. Estas permitiram a problematização de muitas idéias postas como naturais, mas que ao serem analisadas damos um outro sentido às mesmas. Entendo o quanto é difícil problematizar alguns discursos que estão postos, ainda mais este, da inclusão, que é tão bem aceito pela sociedade. Penso ser importante colocar sob suspeita algumas verdades absolutas, para que sejam vistas com outros olhos e assim sejam repensadas e questionadas...

Penso que talvez a inclusão que está aí não seja a inclusão que se quer – se é que realmente se quer alguma inclusão escolar. Será que se criou e proliferou tantos enunciados e documentos a respeito da inclusão para que esta fosse entendida como um dispositivo de disciplinarização, correção, controle e governo dos sujeitos? Enfim o que proponho é uma maior mobilização de pensamento sobre esta questão e outras que estão por aí sem preocuparmo-nos com elas. Aceitando o convite de Foucault (2009), espero apenas sacudir a quietude das verdades instauradas que aceitamos tranquilamente.

REFERÊNCIAS:

- BELLO, Samuel E.L. TRAVERSINI. Clarice S. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. In: **Educação e Realidade**. 2009.p. 135-152.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975)2º tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 4º tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas prisões.33ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- _____. **Microfísica do Poder**. 25º ed.São Paulo: Graal, 2008a.

_____. **Segurança, Território, População:** Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Nascimento da Biopolítica:** Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

HATTGE, Morgana Domênica. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle do risco social. In: **IN/Exclusão:** nas tramas da escola. LOPES, Maura C. DAL'LGNA. Maria C.(orgs). Canoas: Ed. Ulbra, 2007.

LOCKMANN, Kamila. **Inclusão escolar:** saberes que operam para governar a população. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010, Porto Alegre.

LOPES, Maura Corcini. A Inclusão como Ficção Moderna. In: **Pedagogia** a revista do curso. V.3, nº 6. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2004. p.7-20.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In. **Inclusão escolar:** conjunto de práticas que governam. LOPES, Maura C. HATTGE. Morgana D. (orgs). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MATTOS, D.M. e FORNAZARI, S.K. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 6, 1/2005, pp. 45-57. *A lepra* no Brasil: representações e práticas de poder Disponível em <http://www.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/361/A%20lepra%20no%20Brasil.pdf?sequence=1> 10 de Agosto de 2010.

2.2 A Inclusão Escolar e a Pedagogia sob Análise

Resumo: Neste artigo analisa-se os ditos das estudantes do curso de Pedagogia- FURG, advindos de questionários aplicados, onde estas expõem seus entendimentos sobre a inclusão escolar e sobre quem são os sujeitos incluídos. Para embasar teoricamente essa discussão utiliza-se os estudos de Michel Foucault, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward. Percebe-se que essa preocupação em nomear, classificar, ordenar e homogeneizar a sociedade faz parte do projeto de uma sociedade moderna e da episteme atual, que não admite o diferente e por isso tenta trazer incessantemente esse *outro*, anormal, diferente para a *mesmidade*, onde a maioria de nós nos encontramos.

Palavras- chave: Inclusão escolar; Discurso; Episteme Moderna.

School Inclusion and Pedagogy under Analysis

Abstract: In this article we analyze utterings of students the Pedagogy-FURG, coming from applied questionnaires, where they expose their understandings on school inclusion and who are the subjects included. In order to base theoretically this discussion, it is used the studies of Michel Foucault, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva and Kathryn Woodward. It is perceived that this concern in naming, classifying, ordering and homogenize society is part of the project of a modern society and the current episteme, which does not admit the different and so constantly tries to bring the *other*, abnormal, different to the *sameness*, where most of us find ourselves.

Keywords: School inclusion; Discourse; Modern Episteme.

Este artigo tem como foco analisar os enunciados produzidos pelas estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande⁵, sobre o que estas estão entendendo por inclusão escolar. Tal questão vem sendo debatida há alguns anos e ganhando espaço no cenário contemporâneo. Considerando a potência do discurso da inclusão, penso ser importante entender como ele vem atravessando e constituindo as estudantes do curso de Pedagogia, futuras professoras, que atuarão – ou já atuam – na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Assim neste artigo, busco analisar alguns dizeres que surgiram em questionários aplicados às alunas do terceiro ao oitavo semestre do curso de Pedagogia da FURG⁶. Com este material para coleta de dados pretendi evidenciar o que estas futuras professoras estão entendendo por inclusão escolar. Para realizar esta empreitada, apóio-me nos estudos do filósofo Michel Foucault sobre análise do discurso. Sentindo a necessidade de estudar a metodologia de trabalho dessa pesquisa apresento a seguir alguns anúncios teóricos sobre o entendimento de discurso para o autor.

⁵ Nomeio os estudantes pelo gênero feminino devido a expressiva presença de mulheres neste curso de licenciatura.

⁶ A escolha por estudantes do terceiro ao sétimo semestre deve-se ao aprofundamento nas discussões sobre inclusão escolar e mais amplamente ao campo da Educação, já que conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, o primeiro ano dedica-se aos fundamentos educacionais.

Análise do Discurso: ferramenta produtiva para pensar o cenário investigativo

Diante da tarefa de investigar o que dizem as estudantes de Pedagogia sobre a inclusão escolar sinto a necessidade de entender como funciona e se realiza a análise do discurso a partir dos estudos de Foucault. Assim, antes de trabalhar diretamente no *corpus* de análise produzido, pretendo evidenciar algumas pistas sobre o conceito de discurso. Em suas diferentes obras o filósofo nos indica algumas possibilidades de pensamento para constituição de suas pesquisas.

Para o francês o discurso não é necessariamente algo novo, que tem uma origem, ou que se percebe no agora. Ele é, isto sim, atemporal, podendo “ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros” (FOUCAULT, 2009, p.28). O objeto do discurso pertence a uma condição histórica, sendo dito de formas diferentes, por um ou vários sujeitos e instituições. A partir dessas diferentes formas de perceber o mesmo objeto, se estabelece as relações, as semelhanças, as dispersões e os afastamentos. Essas diferentes formas de analisar o mesmo objeto permite estabelecer relações com diferentes instâncias

[...] e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que estão desenvolvidas quando se faz sua análise, elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente, ou em parte, quando imaginamos na verdade de seu conceito. Elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite ao aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreducibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. (FOUCAULT, 2009, p.50-51).

Assim vê-se aparecer um leque de descrições possíveis sobre um objeto. Um discurso não pode se delimitar apenas a relacionar e categorizar um determinado objeto. Não se trata apenas de signos que representam coisas. Os discursos não se reduzem a um conjunto de signos, que representam determinadas objetos de que se fala. Sim, ele se utiliza dos signos para falar de algumas coisas, mas é bem mais do que isso. “É esse *mais* que os torna irreducíveis a língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (2009, p.55) [grifos do autor].

Desta forma para Foucault, não é apenas porque as coisas são ditas e reditas que acabam se tornando discurso. Elas precisam de outras estratégias para que se possa entrar no jogo do poder e assim se tornar um discurso. Segundo Foucault (2004, p.9): “[...] enquanto tudo isso não funcionar como ‘discurso’, enquanto tudo isso permanecer simplesmente ‘coisas ditas’ – murmuradas, suspiradas, gritadas... –, os efeitos de poder serão nulos” [grifos do autor]. Sendo assim, essas coisas ditas, precisam desencadear efeitos de poder, precisam entrar numa luta, com regras e objetivos estabelecidos, onde alguns enunciados serão

eliminados, outros aceitos. É a partir desta batalha que o discurso se funda, se estabelece e é aceito.

O discurso se constitui como uma regularidade de enunciados que definem uma prática. É, um processo temporal, onde vai se articulando os enunciados a novos acontecimentos⁷, fazendo então com que sejam percebidos, pensados e analisados de outra forma. Assim, os enunciados não são apenas aquilo que foi dito ou praticado por alguém, mas aquilo que foi dito, redito, transformado. Para Alfredo Veiga-Neto:

O enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia-a-dia, para constituir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem - seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe (2000, p. 94-95).

Os enunciados para se relacionarem não precisam ser do mesmo tempo, nem da mesma forma, mas precisam falar de um mesmo objeto. Eles não precisam falar a mesma coisa sobre um objeto, mas falar sobre o mesmo objeto. Isso permite estabelecer as descontinuidades, os interstícios que os separam, o que é parecido e o que não é, e isso não se refere somente aos grandes acontecimentos, mas a pequenas rachaduras, no qual faz emergir a dispersão.

Desta forma, os enunciados sejam eles escritos, falados ou praticados são um acontecimento que nunca será esgotado. Eles podem ser escritos, reescritos, ditos, reditos, transformados, reativados. Isso acontece porque mesmo que em alguns momentos eles possam ser esquecidos, eles podem, em outro momento, ser reativados através de algum outro acontecimento ou outro enunciado que se relaciona e que o precede. Mesmo que os enunciados sejam “diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2009, p.36).

É importante ressaltar que analisar os enunciados não significa interpretá-los. Dessa forma, não pretendo aqui tentar perceber o que está nas entrelinhas destes, mas analisar o que foi escrito. Como diz Foucault (2009, p. 31):

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

⁷ Foucault (2003, p. 255) explica o que é acontecimento: “Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da lingüística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento”.

Assim, neste momento, tendo a temática da inclusão como foco e entendendo algumas pistas deixadas por Foucault sobre discurso e enunciado, passo a perceber como se opera com essas ferramentas de análise. Para isso, escolho alguns enunciados comuns a todos nós, ou seja, eles circulam pela mídia e fazem parte do nosso cotidiano. É através deles também que percebemos como que esse discurso da inclusão chegou e se instalou na sociedade e produziu algumas verdades que são seguidas por todos nós.

Pensemos num enunciado presente em propagandas midiáticas: “Ser diferente é normal”. Esse enunciado remete a outros, como por exemplo, “Todos na escola”. As políticas de inclusão, as cenas de novelas que trabalham com esta temática, as propagandas de instituições que se dedicam exclusivamente a esse público são diferentes enunciados que vão atrelando-se e acabam por produzir um discurso tão caro à modernidade: a inclusão. Como vimos:

[...] “O que se diz” é todo um conjunto de enunciados pronunciados absolutamente não importa onde, no mercado, na rua, na prisão, num leito, etc. “O discurso”, entre tudo o que se diz, é o conjunto dos enunciados que podem entrar no interior de uma certa sistematicidade e trazer consigo um certo número de efeitos de poder regulares (FOUCAULT, 2004, p.8) [grifos do autor].

Assim conseguimos perceber que a articulação desses enunciados, a eliminação de outros, as relações que conseguimos estabelecer entre eles e entre algumas questões econômicas, políticas, culturais, educacionais entre outras, fazem com que se produza um discurso – ou vários – sobre a inclusão. A regularidade deste faz com que algumas verdades sejam proliferadas e seguidas por todos nós.

Desta forma, vê-se surgir um discurso que faz com que todos aceitem os sujeitos a ser incluídos, ou seja, um discurso que nos convence a aceitar que “todos são iguais” ou então que “ser diferente é normal”. Segundo Foucault (2001) antes o anormal era visto como estranho e, em muitos momentos, foram segregados na sociedade. Agora eles devem participar dos diferentes espaços sociais para que sejam conhecidos, estudados, vigiados e normalizados. Eis o discurso da inclusão constituindo e governando nossas vidas.

Como percebemos, o discurso sobre a inclusão só é produzido a partir do momento em que o relaciono a diferentes enunciados que, juntos e articulados, produzem o discurso da inclusão em diferentes esferas da sociedade: na educação, na política, na economia, entre outras. Os enunciados vêm sendo produzidos e estão ligados a acontecimentos discursivos que vão sendo modificados, relacionados a outros enunciados, repensados. Eles acabam produzindo verdades e, conseqüentemente, modos de agir.

Assim o discurso não está presente em apenas um lugar, mas está espalhado por toda sociedade, produzindo pensamentos sobre um determinado tempo e lugar e, a partir disso, produzindo subjetividades. Dessa forma, constituem também regimes de verdade. São os enunciados presentes no discurso que marcam o que é tomado como verdade. O discurso coloca o poder em circulação, pois a partir do momento que produz verdades, põe em prática alguns pensamentos que, conforme Foucault (2007), entram numa polícia discursiva, numa ordem do discurso que faz funcionar como verdadeiro e acaba por constituir modos de vida. Assim para Foucault (2008, p.12):

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças as múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro [grifo do autor].

Como podemos perceber as verdades são inventadas por nós mesmos, direcionando ações e comportamentos. Geralmente essa produção de verdade está atrelada a um cunho científico e é produzida em instituições que ganham *status* de verdadeiro. Sabemos que não é qualquer coisa dita e nem qualquer um dizendo algo que se legitima um discurso. O discurso precisa estar na ordem do verdadeiro para ser escutado e seguido. O discurso só será considerado a partir do momento que segue as regras do jogo da verdade, em que deve se inserir para então se tornar legítimo e, assim, produzir efeitos regulamentados de poder. Foucault nos mostra como surgem os discursos verdadeiros:

O discurso nada mais é que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, pode voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2007, p.49).

Como vimos o discurso é algo que já foi pronunciado, são acontecimentos atravessados por efeitos de poder e regulamentações de verdade. Assim, esses discursos vão se estabelecendo e se firmando por toda sociedade se tornando algo incontestável.

Pesquisar e estudar a análise do discurso me fez perceber o quanto o *corpus* desta pesquisa fala muitas coisas, mostra muitas verdades produzidas e não questionadas, sendo seguidas por todos nós. Atualmente, defendemos este discurso que faz com que todos levantem a bandeira da inclusão. Muitas vezes nem percebemos como diferentes discursos nos atravessam e nem ao menos nos questionamos sobre eles, apenas os aceitamos.

No material analisado não foi diferente, as alunas da Pedagogia defendem a inclusão e trazem enunciados que regularmente nos atravessam e são tidos como verdadeiros. São eles que serão analisados e problematizados na próxima seção. São ditos produzidos pelas estudantes da Pedagogia que coloco em foco para nos fazer pensar sobre a inclusão escolar produzida na atualidade.

Ordenar e classificar: um imperativo da sociedade moderna

Analisando os questionários respondidos pelas estudantes do Curso de Pedagogia da FURG, percebi as diferentes formas com que nomeamos os sujeitos incluídos, e assim conseguimos perceber quem são eles. Afinal quem faz parte dos incluídos? Por que os nomeamos de tantas maneiras? E por que os nomeamos desta forma? Essas são questões que talvez não sejam respondidas ou esclarecidas, mas que ponho em foco e em discussão. Assim, nesta seção busco entender quais foram as condições de possibilidade para as diferenciações e o estabelecimento das nomenclaturas que designamos aos sujeitos incluídos, que acabam marcando suas identidades e produzem dicotomias como normal/anormal. Começo analisando os ditos abaixo, no sentido de buscar entender as inquietações que me movem a este estudo. As respostas abaixo transcritas referem-se a pergunta feita as estudantes de Pedagogia: O que entendes por inclusão?

Acolher um aluno com **deficiência física ou mental** como qualquer outro que não possua deficiência. (6º) [Grifos meus]⁸

Crianças com **necessidades especiais** tendo o mesmo acesso a educação que as **crianças consideradas normais**. Crianças convivendo num mesmo ambiente e tendo seus “tempos” diferentes respeitados. (6º) [Grifos meus]

Adaptar um aluno que (precisa) tem **necessidade especial** em uma **sala de aula normal**. (7º) [Grifos meus]

Inclusão educacional é aquela que possibilita que alunos com **necessidades especiais** estudem juntamente com os demais ditos **normais** e que os mesmos compartilhem suas especificidades. (6º) [Grifos meus]

Relaciono esses excertos sobre quem são e o que é inclusão para pensar de que forma surgem essas diferenciações, como se chegou a determinação de quem deveria ser os incluídos. Para isso lembro dos estudos de Foucault (2007a) sobre o Pensamento do Mesmo.

Foucault me ajuda a entender o quanto olhamos e percebemos similitudes e disparidades entre as coisas e os seres, e a partir disso os classificamos, os ordenamos segundo padrões, estabelecemos as diferentes identidades. Olhamos para o outro e buscamos encontrar as diferenças e as similitudes, e assim identificamos e classificamos as coisas. Nas

⁸ Para cada excerto utilizado do *corpus* de análise, indico, dentro do parênteses, o semestre em que a aluna que respondeu o questionário se encontra.

palavras de Foucault: “[...] a história da ordem das coisas seria a história do mesmo – daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades”(FOUCAULT, 2007a, XXII).

É nesse sentido que as classificações com relação aos incluídos surgem, pois como precisamos ordenar as coisas, olhamos para o outro no sentido de perceber as semelhanças e as disparidades, e estabelecemos maneiras de identificar esse outro. Desta forma, é possível entender o aparecimento das diversas categorizações e nomenclaturas estabelecidas e designadas aos sujeitos presentes nos enunciados sobre inclusão escolar que, muitas vezes, são vistos, como podemos perceber nos excertos acima citados, como aqueles quem tem “necessidades especiais físicas e mentais, deficientes mentais e físicos”. Essas designações acabam tornando e nomeando esses sujeitos incluídos como diferentes. Vale referir que essas designações não são dadas exclusivamente por essas estudantes investigadas, mas produzidos na esteira de um Pensamento do Mesmo dado e acolhido na e pela própria Modernidade.

Assim em qualquer momento ou situações, conseguimos identificar aproximações entre as figuras semelhantes e enxergar também o que está desviante. Existe sempre um critério prévio para que surjam essas aproximações e classificações, para que se possa analisar e constituir uma ordenação daquilo que criamos, pois através deste olhar ordenado das coisas será possível produzir uma definição e um conhecimento sobre os seres e as coisas.

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo o qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 2007a, p.XVI).

A ordenação dos elementos é indispensável para nosso tempo contemporâneo, que carece tanto das comparações, classificações, similitudes para criar suas teorias e se confirmar como uma verdade. Elas são tão indispensáveis que vem atravessando diferentes tempos, culturas e épocas. Através dessas comparações se tornou possível construir saberes, conhecimentos e teorias.

Acredito que foi a partir deste esquema de classificação e ordenação dos seres e das coisas, os quais serviram para criação de tantas teorias, que surgiram as condições de possibilidade para o aparecimento das diversas nomenclaturas e designações para com os incluídos, que são vistos como aqueles que se diferem, os que apresentam características que se sobressaem à média e aos critérios estabelecidos. Desta forma, não basta perceber apenas quem são os diferentes, temos também que nomeá-los, analisando suas características,

diferenças e similitudes entre os outros sujeitos. Assim é possível nomeá-lo e, com isso, acabamos por produzir e identificar este sujeito como diferente.

Essa forma de classificar vem de uma episteme chamada por Foucault (2007a) de episteme moderna. Ela tem como princípio a ordenação das coisas, é ela que determina a nossa relação com o saber. Foi essa episteme que serviu de nascedouro às Ciências Humanas no começo do século XIX, nos ensinando como pensar e agir de algumas maneiras tomadas como verdadeiras. A forma como vemos e vivemos no mundo está fortemente marcada pela episteme moderna, pois é ela que determina os discursos válidos em um determinado período histórico. Assim os saberes são produzidos historicamente “a partir da condição de possibilidade dada pela episteme daquele momento histórico” (HENNING, 2008, p. 174). Desta forma, se hoje pensamos e acreditamos na inclusão escolar e social é por que a episteme a qual nos abriga validou esse discurso.

A episteme moderna nos ensinou a pensar, ordenar e validar saberes de uma determinada forma, ou seja, nos ensinou que existem regras para a formação de saberes. Pensar diferente dessa ordem discursiva é complicado para nós que nascemos e fomos criados ao abrigo da episteme moderna. Assim pensar e agir diferentemente dos modos hegemônicos é arriscado, pois põe em dúvida algumas verdades já acomodadas, sabidas e assumidas. Olho para os enunciados produzidos pelas estudantes e vejo o quanto estes estão marcados pela episteme moderna, o quanto pensam de acordo com ela – vale a provocação: e nós, também não pensamos e estamos acostumados a pensar sob o abrigo da Modernidade? – e não questionam a inclusão, acreditando que é algo necessário nos dias atuais. Como percebemos nos excertos das estudantes quando respondem sobre o que entendem por inclusão escolar:

Direito de todos a usufruir do processo educativo independente da classe social, bem, como deficiências físicas (4º)

Uma educação onde todas as crianças tenham direito ao mesmo tratamento indiferente de suas necessidades e possam acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem juntamente com outras crianças em series regulares (4º)

Direito de toda pessoa portadora de necessidades especiais estar na escola regular (6º)

Olhar os enunciados me faz perceber o quanto somos interpelados por discursos que tomam *status* de verdadeiro por serem proferidos por leis, instituições e pelas mídias, locais privilegiados para produzir efeitos de poder e constituir discursos regulamentados de verdade. Não quero trazer esta discussão para perceber se os alunos são contra ou a favor da inclusão, mas quero entender como esses discursos legitimados nos constituem e faz com que consideremos a inclusão como algo inquestionável e necessário para a sociedade.

A episteme moderna marcada pelo ordenamento das coisas, nos ensinou também a perceber, classificar e ordenar os seres e as coisas. A procura pelas diferenças e a similitudes entre os seres, Foucault (2007a) chamou de *O Pensamento do Mesmo*, já que se dedica a classificar as coisas e os seres sempre a partir de uma mesma grade de inteligibilidade. Com isso, podemos perceber o quanto classificamos e nomeamos os sujeitos incluídos, por exemplo. Para classificarmos dessa forma, é necessário estudá-los e ordená-los em grupos de acordo com as aproximações de suas características. Desta forma, foram marcados por identidades que os distinguem dos demais seres, determinando o que é diferente e o que é tomado como igual e normal.

Foucault (2001 e 2008) retorna essa discussão sobre as formas de ordenação e classificação em suas obras *Os anormais* (1974/1975) e *Segurança, Território, População* (1977/1978). Nessas obras ele discorre sobre os ditos sujeitos anormais e as diferentes estratégias, da sociedade para corrigi-los e colocá-los o mais próximo da zona de normalidade. Esta forma de classificação é realizada de duas maneiras: a norma na sociedade disciplinar e a norma na sociedade de segurança. Podemos dizer que na sociedade disciplinar os anormais são todos aqueles que fogem da média de normalidade já estabelecida. Essa norma, segundo Foucault (2008), é determinada a partir de um modelo ótimo que é construído a partir de um certo resultado. Assim, se procura adequar todos os sujeitos, os gestos, as formas de agir de acordo com este modelo. Quem é incapaz de responder com eficiência a esses comandos, quem não se adentra através destas formas, é considerado anormal. Aquele que responde com eficiência a esse modelo é o sujeito normal.

Na sociedade de segurança, a norma é estabelecida de outra forma, se faz um estudo das diferentes curvas de normalidades, e a partir desse estudo se estabelece uma norma, que são as normalidades mais favoráveis. A partir do momento que se estabelece as normalidades mais favoráveis se criam estratégias para aproximar as normalidades menos favorecidas das mais favorecidas.

Após se estabelecer o normal e o anormal entra em jogo estratégias para que esses sujeitos anormais sejam normalizados. A normalização desses sujeitos se dá na sociedade disciplinar através da busca em adestrar esse indivíduo. Assim as instituições de seqüestro, tais como escola, quartel, prisão, manicômios, têm a função de vigiar, corrigir e adestrar os sujeitos no sentido de tornar esses corpos dóceis, úteis e inseridos nessa média normal já instituída. Para que se consiga normalizar esses sujeitos essas instituições precisam examinar para qualificar, classificar e vigiar, pois ser visto sem cessar permite que se extraia conhecimentos sobre esse sujeito, que precisa ser corrigido. Ele passa a ser estudado, pois

desta forma, se pode pensar em diferentes maneiras de normalizá-lo, além das já utilizadas. É preciso refinar e ampliar cada vez mais as ações de normalização.

Uma das estratégias utilizadas para normalizar esses sujeitos incluídos foram as escolas especiais, que os abrigava e investia em estudos que tinham como intuito corrigir esses corpos e trazê-los o mais próximo possível da normalidade instituída. A partir do momento em que a escola regular passou a aceitar esses sujeitos, eles continuam a ser vigiados e estudados e cada vez mais se busca outras estratégias que dêem conta de trazer esses sujeitos para normalidade.

Foi através dos estudos feitos com esses sujeitos, ou seja, através do exame, que foi possível conhecer esses sujeitos e assim criar estratégias para corrigi-los e normalizá-los. O estudo sobre esses sujeitos possibilitou que algumas ações fossem realizadas. Entre essas ações podemos citar a criação dos diferentes instrumentos utilizados para desenvolver o ensino e a aprendizagem dos estudantes com dificuldade físicas especiais, como as máquinas de Braille utilizadas para transformar textos escritos em textos em Braille, sendo utilizados na leitura para os cegos; lentes de aumento e instrumentos em alto relevo para os que apresentam baixa visão. Estes e outros materiais são disponibilizados para corrigir as anormalidades existentes e, assim, disciplinar melhor os sujeitos visando “não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e inversamente” (FOUCAULT, 2009, p.133).

Assim adestrar esse sujeito significa trabalhar no corpo individual para que ele realize as atividades da forma que se quer, no tempo determinado, com eficácia que se planeja, tornando o sujeito submisso. Após a docilidade conquistada, este sujeito deve também se tornar útil de alguma maneira.

Pode se entender que a inclusão escolar está aí para criar mecanismos de vigilância, punição e controle que agem nesses sujeitos tentando normalizar e deixar toda sociedade homogênea. Assim, algumas ações inclusivas têm o interesse de manter todos ao olhar vigilante, na busca de estabelecer uma disciplina:

[...] exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam. (FOUCAULT, 2009, p.175). [Grifo do autor]

Apesar da norma classificar e distinguir, todos nós estamos nela e buscamos a todo o momento trazer os que estão em suas extremidades o mais perto possível do centro da norma,

ou seja, buscamos sempre normalizar os sujeitos “A norma integra tudo o que desejaria excedê-la – nada , nem ninguém, seja qual for a diferença que ostente, pode alguma vez pretender-se exterior, reivindicar uma alteridade tal que o torne um outro”(EWALD, 2000, p.87). A inclusão escolar é um projeto importante e necessário para sociedade atual. Afinal, nada escapa à norma e nesse sentido é preciso criar estratégias – como a inclusão escolar – para que possamos trazer cada vez mais e melhor esses sujeitos para o centro da norma. Em vista de se tentar trazer sempre as anormalidades para o centro da norma, é que se busca também manter todos sempre ao abrigo da norma, pois “[...] como já podemos observar, o anormal não se encontra fora do normal; a partilha do normal e do anormal é uma espécie de partilha interna, que procede sem exclusão e por inclusão” (EWALD, 2000, p.116).

Trazer todos para normalidade se torna um imperativo da sociedade atual. Mas para isso precisa-se conhecer quem está nas extremidades da norma. Para possibilitar que todos estejam mais próximos ao centro da norma, investe-se em estratégias que busquem disciplinar esses sujeitos. Assim, cada vez mais, se busca vigiar esses sujeitos para desenvolver saberes sobre eles e tentar corrigi-los e discipliná-los. Através da vigilância e correção dos mesmos é possível geri-los melhor, o que possibilita manter a sociedade mais segura. Estes sujeitos, estando dentro de uma instituição, são vigiados a todo instante o que permite controlar, administrar e prever os riscos possíveis de surgirem, tornando a inclusão uma ação imprescindível para uma sociedade segura.

Nesse sentido, o que preocupa agora é a segurança de toda população e, por isso, investe-se em estratégias que se possa administrar os possíveis problemas. Para isso, precisa-se pensar em todas as hipóteses de acontecimentos que possam perturbar o bom funcionamento da sociedade. Com isso, se cria estratégias para acabar com os problemas, muitas vezes antes deles acontecerem. Como nos diz Foucault:

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual pode-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo (2008, p.97).

É nesse sentido que percebo as ações inclusivas: antes que aconteça algo com os incluídos ou que eles realizem algo que ponha em risco a sociedade, investe-se em estratégias que possibilitem o convívio deles junto aos demais. Monta-se todo um aparato de vigilância que possibilite manter os sujeitos controláveis e estratégias inclusivas na busca pela aceitação dos anormais em nossa sociedade. Como podemos perceber esta técnica de segurança da população, “[...] atua em coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por

cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população” (FOUCAULT, 2008, p.94).

Incluir todos na escola: um imperativo tão caro aos tempos atuais, é recorrente entre as estudantes de Pedagogia participantes desta pesquisa. Estas vêm entendendo a inclusão escolar como importante, pois, é uma ótima maneira de se aprender com a diferença. Assim, é possível ter contato com os incluídos, trabalhando a convivência e a aceitação do diferente. Como podemos perceber nos ditos a seguir:

É uma boa oportunidade de **se conviver com as diferenças e aprender com elas**.[...] (6º) [grifos meus].

A inclusão é importante] tanto para os deficientes, quanto para os outros alunos; porque **aprendemos a trabalhar com as diferenças** [...] (4º) [grifos meus].

[...] a escola prepara cidadãos para viver em sociedade, entendo que desenvolver a **tolerância social é fundamental** (6º) [grifos meus].

[...] Acredito que a inclusão deve ser um dos grandes momentos em que se **respeita as diferenças** (4º) [grifos meus].

A inclusão em um processo educacional é, para mim, a inserção de todos os sujeitos em um grupo com o qual **consiga conviver e interagir sem desvantagens** por falta de recursos ou meios, **nem discriminação** [...] (8º) [grifos meus].

Neste sentido, a fala das estudantes vem frequentemente apresentando uma preocupação com a discriminação social, pois o contato com alunos incluídos faz com que eles desde pequenos aprendam a conviver com a diferença. Criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva, que respeita a diversidade, parece ser possível a tão sonhada “educação para todos”. Pode-se entender que esse discurso de tolerância e respeito das diferenças vem servindo como importante baliza para ações que permitem uma convivência pacífica entre os sujeitos e que, portanto, estabelecem uma ordem dentro da sociedade.

Essas práticas sociais acabam por produzir efeitos desejados na sociedade de segurança, pois, amenizam riscos de confronto entre os sujeitos. Ações que incentivam e defendem a harmonia entre os sujeitos são econômicas para o Estado, já que ordenam a sociedade através de ações, como da inclusão escolar. Desta forma, a inclusão vem servindo como uma maneira de se antecipar aos riscos que podem desestabilizar a ordem da sociedade. Ela gerencia e estuda os sujeitos, agindo antes que atitudes indesejadas possam aparecer.

A inclusão se torna assim uma importante ação biopolítica que esta preocupada em manter o bem-estar da sociedade e a manutenção da segurança. Para isso, se percebe essa população como um conjunto de elementos onde aparecem constantes regularidades até nos acidentes, o que permite identificar algumas variáveis e agir sobre estas a fim de modificá-las.

A sociedade de segurança apóia-se em detalhes que não vão ser avaliados como bons ou ruins em si, mas que são adotados como necessários, inevitáveis, sendo utilizados para gerir mais e melhor a sociedade. É pensando na defesa da sociedade que vem se investindo no discurso da inclusão, através de enunciados como o da tolerância, do respeito e da aceitação destes sujeitos na sociedade para que possamos conviver de forma pacífica.

Como vimos as diferentes formas de designar os sujeitos incluídos acabam por os constituírem como sujeitos diferentes dos demais. Sendo assim, constrói-se todo um aparato de estratégias de correção que faz com que estes sujeitos se distanciem cada vez mais desta anormalidade que os rodeiam e os distinguem. Adquirindo essa corrigibilidade estaremos alcançando o ideal de uma sociedade disciplinar: a homogeneização dos sujeitos. Coloca-se em funcionamento mecanismos de regulação e controle, que buscam moldar os sujeitos, não considerando a pluralidade de identidades que existem no espaço da escola. A “[...] a gênese da escola está mais ligada à sua constituição como um dispositivo de governo e regulação moral dos indivíduos e populações do que as supostas funções de socialização de uma cultura comum” (SILVA, 2008, p.202).

Entendo que mesmo a escola tendo uma multiplicidade de identidades, vem hierarquizando determinadas identidades em detrimento de outras. “[...] a escola olha para essa diferença com o firme propósito de apagá-las, de torná-la algo indesejável devido ao seu caráter de anormalidade e estranheza” (LOPES, 2007, p.20). Pensando desta maneira, vale a provocação: será que a inclusão escolar não está agindo com o firme propósito de eliminar tudo que é da ordem da diferença? De emparelhar o que é heterogêneo para poder dar o mesmo tratamento educacional, legal e cultural a todos? Provavelmente o que se quer é exatamente isso, pois a sociedade moderna não consegue abrigar o Outro e o Mesmo em tempos e lugares iguais.

Essa forma de pensar tem sua origem na episteme que nos abriga, que tende a olhar para *outro* no sentido de tentar trazê-lo para o *mesmo*. Na esteira dessa discussão olhar para o Outro e percebê-lo como não fazendo parte do Mesmo é algo estranho para a sociedade contemporânea, que precisa dessas classificações para ordenar a sociedade e trazer tudo e todos para a mesmidade. Como nos diz Skliar (2003, p.45):

[...] o tempo da modernidade e o tempo da escolarização insistem em ser, como decalques, temporalidades que só desejam a ordem, que teimam em classificar, em produzir mesmices homogêneas, íntegras, sem fissuras, a salvo de toda contaminação do outro; a espacialidade da modernidade e o espaço escolar insistem em ser, como irmãs de sangue, espacialidades que só buscam restringir o outro para longe de seu território, de sua língua, de sua sexualidade, de seu gênero, de sua idade, de sua raça, de sua etnia, de sua geração etc.

Desta forma, a demarcação entre *nós* e *eles* indicada por Silva (2000) são características intrínsecas da nossa sociedade. O modo como demarcamos a identidade e a diferença são frutos dessa classificação. Para Woodward (2000, p.41):

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há entre os membros da sociedade um grau de consenso em como classificar as coisas a fim de manter uma ordem social. Estes sistemas partilhados de significados são, na verdade, o que se entende por “cultura” [grifos da autora].

A identidade não é algo fixo que tem uma essência, ela é algo produzido culturalmente pela sociedade. Nesse sentido, não devemos pensar a identidade e a diferença a partir da ótica da tolerância e do respeito para com a diversidade. Devemos, isto sim, trabalhar a identidade e a diferença como questões culturais constituídas e atravessadas pelas relações de poder. Para Hall:

[...] as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder [...] (2000, p.109).

A identidade e a diferença são marcadas pelas relações de poder, ou seja, o ato de diferenciar um sujeito de outro é possível através das relações de poder. Essas marcas de diferenciação, muitas vezes, acabam por produzir dicotomias como a inclusão/exclusão, normal/anormal entre outras e, com isso, vão fazendo cada sujeito assumir uma determinada posição na sociedade em que vivemos. Para Silva:

Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder (2000, p.82) [grifos do autor].

É por intermédio dos discursos – que participam desse jogo de poder – que as identidades se constituem e, com elas também se produzem as diferenças. Quando digo o que eu sou, a identidade que pertencço, estou estabelecendo aquilo que não pertencço. Se eu sou branca, é porque não sou negra, amarela ou parda. Desta forma a identidade é “na verdade relacional, e a diferença estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (WOODWARDT, 2000, p.14).

Assim, quando marco o que não sou, dependendo do momento e lugar, posso ser visto como diferente, posso pertencer ou não a determinado grupo, ser excluído ou não. Ao classificar os sujeitos, muitas vezes formamos pares e estabelecemos determinadas identidades. Tudo que se difere a esta é tido como inferior, como nos diz Woodward “um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro” (2000, p.50).

Nesse sentido, distribuir e classificar os sujeitos são formas de hierarquizar determinadas identidades, e desta forma construímos binarismos, onde uma identidade sempre recebe um valor positivo enquanto a outra um valor negativo. Assim “fixar determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e da diferença” (SILVA, 2000, p.83).

Nessas ações de diferenciações e binarismo entendo que a normalização dos sujeitos se firma com o propósito de reforçar as identidades tidas como normais e as desejá-las para todos, tentando sempre trazer esse Outro para junto do Mesmo. Assim, a normalização aparece como “um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p.83).

Desta forma, o diferente sempre esteve apagado na escola, pois, “a mesmice da escola proíbe a diferença do outro” (SKLIAR, 2003, p.46). Agora, com as novas políticas de inclusão, as campanhas em prol da inclusão, enfim com a proliferação da inclusão, a escola vive incessantemente em busca de capturar o Outro, exigir sua inclusão, o adestrar, o nomear para que cada vez mais ele se pareça com o Mesmo e para que esta instituição fique “ainda mais satisfeita com a sua missão de possuí-lo tudo dentro do próprio ventre” (SKLIAR, 2003, p.41).

Entendo o quanto a diferença vem representando para a sociedade algo que foge aos esquemas montados de uma sociedade moderna, que tem como princípio o ordenamento de tudo e de todos. A própria nomenclatura “diferente” o designa como algo que foge à regra e, portanto, algo que deve ser corrigido. A episteme que nos abriga percebe essa diferença como um desvio, algo que não se encaixa na repetição e na mesmidade. Desta forma, nós, os mesmos/iguais/normais, estamos sempre procurando trazer esse outro/diferente/anormal para a mesmidade.

Percebo enfim o quanto nossa sociedade vem proliferando o discurso da inclusão como algo a ser aceito e defendido por todos. Mas as atitudes que temos para com os considerados diferentes é a procura incessante de apagar essas diferenças e de trazê-lo para a mesmidade, onde estão a maioria de nós. Não aceitamos a possibilidade de viver, pensar e se comportar diferente, afinal, a episteme que nos abriga precisa dessa ordem das coisas e dos seres, já que sua condição de sobrevivência é a homogeneização de tudo e de todos.

Considerações Finais

Ao analisar alguns dos enunciados das alunas do Curso de Pedagogia da FURG percebi o quanto todos, ou muitos de nós, agimos e nos comportamos conforme o que a episteme moderna dita como certo. Assim, muitos discursos proliferados na sociedade, são firmados pela episteme que estabelece os saberes e discursos vigentes. E desta forma estes vem atravessando e constituindo nossos comportamentos e nossas ações, que acatamos e aceitamos discursos como os tratados nesse artigo sem questioná-los.

Entendo o quanto é complicado desacomodar algumas idéias que já estão tão fortemente arraigadas aos nossos pensamentos e ações. Neste sentido, vejo que a episteme moderna vem nos interpelando e constituindo verdades de como viver, pensar e agir em nossa sociedade, aqui, em destaque, percebo, através dos ditos analisados, o quanto esta vem ditando formas de agir em relação a inclusão escolar.

A episteme que nos abriga nos ensinou também a ordenar, nomear e classificar os sujeitos. Ensinou-nos a determinar quem são os sujeitos normais e quem são os sujeitos anormais, quem são os que aprendem e os que têm dificuldades de aprendizagem. Essas classificações e diferenciações acabam por produzir binarismos que marcam identidades como normais/anormais, brancos/negros, heterossexual/homossexual. Marcando e estabelecendo estas identidades também privilegiamos algumas delas e buscamos sempre trazer estas identidades vistas como menos favorecidas para as identidades vistas como mais as favorecidas.

Assim, percebo o quanto a nossa sociedade está preocupada em agir para que o *Outro* faça parte do *Mesmo*. E para isso, cada vez mais se tem investido em estudos que visam a correção desses sujeitos. Para que esses sujeitos sejam estudados, os colocamos em salas de aula regulares, no intuito de que todos os tipos de anormalidades sejam conhecidas e se tente as diversas formas de correção conhecidas, buscando sempre e cada vez mais conhecer outras possíveis. Há também o propósito de que haja o convívio do normal com o anormal, pois, se estará trabalhando o convívio com as diferenças e assim não estará pondo em risco a ordem da população e garantindo, desta forma, a segurança da mesma.

Olhar esses enunciados me fez questionar a inclusão escolar: será que ela não foi construída com o firme propósito de perpetuar o ideal moderno de ordenar a sociedade e fazer com que todos façam parte da mesmidade? Por intermédio dos estudos aqui apresentados penso que sim, mas será que a escola, a inclusão e a sociedade precisam se amparar sempre nesse ideal?

A partir disso, provoco a mim e ao leitor, a pensar em outras Pedagogias, inclusões e formas de viver possíveis, nem melhores nem piores, mas que nos façam desacomodar algumas idéias que estão presentes sem serem questionadas e que nos conduzam a pensar em outras possibilidades de viver, aprender e por que não, organizar a sociedade.

REFERÊNCIAS:

EWALD. François. **Foucault, a Norma e o Direito**. 2. ed. Lisboa: Vega, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. 9ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11 Ed. Campinas: Loyola, 2007.

_____. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2008.

_____. A inquietude da atualidade. In: **IHU On- Line**: Michel Foucault e as urgências da atualidade 20 anos depois. Ano 4- nº 119. São Leopoldo, 2004.

_____. **Ditos e Escritos IV- Estratégia, Poder- Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HENNING, Paula C. **Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos produção de saber e moral nas ciências humanas**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio do Sinos- UNISINUS, 2008.

LOPES, Maura C. Inclusão Escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura C. DAL'LGNA. Maria C.(Orgs). **IN/Exclusão**: nas tramas da escola. Canoas: Ed. Ulbra, 2007.

SILVA, Tomaz T. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula**: Uma introdução aos estudos culturais em educação. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKLIAR, Carlos B. A educação e a pergunta pelos Outros. Diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. In: **Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos** n.05, 2003, p. 37-49 Disponível em: http://www.perspectica.ufsc.br/pontodevista_05/03_sklia 29 de Dezembro de 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

2.3 Discursos científicos constituindo estratégias para conduzir a conduta dos sujeitos incluídos

Resumo: O artigo que apresento, tem como objetivo analisar que saberes estudantes da Pedagogia entendem como importantes para desenvolver a inclusão escolar. Um dos achados da pesquisa refere-se a importância dos professores conhecer os alunos para desenvolver o processo de inclusão escolar. Apresenta-se ainda a necessidade de conhecer cada vez mais e melhor os saberes advindos da ciência e principalmente das ciências marcadas pela psicologia. Para desenvolver este estudo apoio-me nos estudos de Michel Foucault sobre as estratégias que tem se desenvolvido historicamente para governar as ações dos sujeitos. Busco, ainda, problematizar a ciência, instaurada pela modernidade, como um discurso verdadeiro e inquestionável. Assim coloca-se luz sobre os dados da pesquisa, entendendo que os saberes científicos auxiliam, decisivamente, para colocar em operação o governo e a condução de condutas, visando o bem-estar da sociedade em geral.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Discurso; Ciência e Verdade.

Scientific Discourses Constituting Strategies to Conduct the Behavior of Included Subjects

Abstract: The article I present, aims to analyze which knowledges students of pedagogy understand as important to develop school inclusion. One of the findings of the research refers to the importance of teachers knowing the students for developing school inclusion. It is presented also the need to know increasingly more and better knowledges originated from science, mainly the sciences marked by psychology. In order to develop this study, I get support in the studies of Michel Foucault about the strategies that historically have been developed to govern the actions of the subjects. I also seek to problematize the science, established by modernity as a true and unquestionable discourse. Thus research data is highlighted, understanding that scientific knowledge help decisively to put into operation the government and the conduction of conducts, for the well-being of general society.

Keywords: School Inclusion; Discourse; Science and Truth.

Este artigo tem como intuito evidenciar que saberes as estudantes do curso de Pedagogia- FURG consideram necessários para que ocorra a inclusão escolar. Para realização deste estudo, analiso os enunciados que surgiram em questionários aplicados às alunas do curso de Pedagogia da FURG⁹. A temática da inclusão vem ganhando visibilidade e vem sendo discutida em vários contextos, principalmente o educacional. Nesse sentido, penso ser importante perceber como esta questão vem compondo as práticas e os entendimentos das estudantes e futuras professoras.

Assim, com o intuito de Antes de passar a traçar algumas considerações sobre análise do discurso – metodologia de análise empregada neste estudo – trago algumas considerações sobre os conceitos foucaultianos selecionados como ferramentas que auxiliaram no olhar dado aos dados coletados. Assim, ao longo deste trabalho irei problematizar o quanto precisamos desenvolver saberes sobre os alunos no sentido desenvolver técnicas de normalizar e melhor governar os sujeitos hoje chamados de incluídos. Discutirei também sobre o destaque dado ao saber científico, como um saber verdadeiro e, portanto, confiável e digno de ser seguido.

⁹ Nomeio os estudantes pelo gênero feminino devido a expressiva presença de mulheres neste curso de licenciatura.

Ainda neste trabalho problematizo sobre um saber que vem ganhando destaque na educação, e em outros contextos da sociedade, que é o saber da psicologia, área que historicamente vem desenvolvendo seus estudos na busca de conhecer cada vez mais os sujeitos incluídos. Assim, o objetivo deste artigo é evidenciar os discursos que vem servindo como estratégias de melhor conduzir as condutas dos sujeitos incluídos e também do restante da sociedade.

Para realizar estas análises, apóio-me nos estudos de Michel Foucault sobre análise do discurso. Neste sentido, debruço meu olhar a algumas de suas obras, buscando evidenciar alguns entendimentos do autor sobre esta metodologia de análise.

Análise do discurso: evidenciando algumas pistas deixadas por Foucault

Na busca de analisar alguns dos enunciados trazidos pelas estudantes de Pedagogia, percebo ser necessário colocar em foco alguns entendimentos sobre a análise do discurso em Foucault. O autor em suas obras nos traz algumas pistas que nos possibilitam perceber como operar com essa ferramenta metodológica.

Assim, para Foucault (2009) o discurso é constituído por uma regularidade de enunciados que vão se articulando a novos acontecimentos e relacionando-se. Estes enunciados entram em uma batalha para constituírem-se como verdadeiros. Colocando-se no verdadeiro, entram em uma ordem discursiva e se tornam os discursos que são proliferados pela sociedade e assumidos por todos nós.

Esses enunciados não precisam pertencer a um mesmo tempo, eles precisam sim é falar de um mesmo objeto. Um enunciado pode ser dito, redito ou praticado por diversas vezes e podem ser pensados e repensados de diversas formas, e desta maneira nunca serão esgotados. Basta apenas um outro acontecimento que tenha o mesmo sentido para que um enunciado seja reativado. Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. Para Foucault o enunciado:

[...] trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (2009, p.31-32).

Essa série de enunciados que aparecem regularmente na sociedade vão se articulando a outros enunciados pertencentes a política, educação, economia, etc. Entram em um jogo de força e acabam por eliminar alguns enunciados e fortalecer outros e assim, esse conjunto de

enunciados, constituem os discursos. Esses discursos, porque entraram neste jogo de força, entram também na rede de discursos tomados como verdadeiros e, por isso, inquestionáveis e dignos de serem proliferados pela sociedade. Desta forma, para Foucault nós estamos submetidos à produção de verdade, pois precisamos desta na constituição dos modos de agir, “[...] afinal somos julgados condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (2008, p. 180).

Os discursos vão ditando algumas verdades que fazem com que a sociedade se comporte e pense de uma determinada maneira. Esses discursos são geralmente advindos de um mundo acadêmico que tem um *status* que permite que suas idéias, sejam vistas como verdadeiras por terem um cunho científico. Desta forma, os discursos só serão aceitos a partir do momento em que se tornarem legítimos. Sendo legitimados trazem consigo efeitos regulamentados de poder e verdade. Assim para Foucault “[...] nada, finalmente pode ser feito na ordem do discurso, sem que o intelectual intervenha nisso” (2004, p.8).

Como podemos perceber o elemento discurso é relacionado a uma condição histórica, sendo dito e redito de diferentes formas, por apenas um ou muitos sujeitos e instâncias, sejam elas educacionais, políticas, econômicas, midiáticas e etc. Dessas distintas maneiras de perceber o mesmo elemento, se constitui as relações, as similitudes, as dispersões e os afastamentos. Essas diferentes maneiras de perceber o mesmo elemento possibilita constituir relações entre as diferentes instâncias e o elemento em questão.

Nesse sentido, esse mesmo elemento pode ser enunciado várias vezes e de muitas maneiras. Mas não é porque apenas as coisas são ditas, reditas ou praticadas que elas se tornam discursos. Foucault, ao tratar da loucura, nos diz que: “Para que esse murmúrio se torne um discurso, o discurso da loucura, é preciso que ele possa obedecer a um certo número de regras, que não são simplesmente da semântica e da sintaxe, mas as regras da aceitabilidade de um discurso num contexto dado (2004, p.9)”.

Desta forma, o discurso não se constitui apenas de signos que representam determinadas coisas. O discurso também é constituído de signos, mas para se tornar discurso, precisa se utilizar de outras estratégias, mais do que apenas falar sobre um determinado elemento. Para se tornar discurso, precisa-se produzir efeitos de poder e, nessa correnteza, se firmar como verdade, na busca pela interpelação dos sujeitos.

Através destas pistas deixadas por Foucault em muitas de suas obras, podemos identificar os diferentes discursos formados em nossa sociedade. Entre esses discursos, podemos destacar o da inclusão escolar, que é foco de discussão deste trabalho. Percebo que

este discurso só ganhou nossa atenção e visibilidade porque os enunciados que o constituem foram regularmente aparecendo e foram sendo fortemente debatidos em diferentes áreas, como na educação, na psicologia, na economia, na política, na mídia, na academia, entre outras instâncias. Esses enunciados foram entrando em um jogo de força, onde alguns foram eliminados e outros foram exaltados. É por intermédio deste jogo de poder que se constituiu o discurso da inclusão, formando-se um regime de verdade aceito e defendido por todos nós.

Com isso, compreendo que esses discursos vêm nos interpelando, direcionando e conduzindo nossos modos de ser e agir na sociedade. Nesse sentido, gostaria de colocar em evidência como o discurso da inclusão vem constituindo os sujeitos e interpelando-nos nessa sociedade contemporânea. Tal discurso é fortalecido por um conjunto de saberes que acabam produzindo verdades e poderes na trama discursiva da inclusão escolar. É com esse foco que sigo a escrita desse artigo.

Conhecer para governar cada vez mais e melhor: alguns apontamentos foucaultianos

Debruçando meu olhar sobre os ditos das alunas acerca dos saberes que julgam necessários para que o processo de inclusão aconteça, percebo o quanto é reiterado o enunciado de que para ocorrer a inclusão escolar é preciso conhecer os alunos, suas dificuldades, necessidades, condições físicas e as especificidades das deficiências. Isto aparece claramente nos excertos abaixo:

Conhecer a real necessidade e dificuldade do aluno a ser incluído e **condições físicas** (espaço) (8º) [grifos meus].

Conhecer em primeiro lugar a necessidade do aluno para que o processo de inclusão aconteça (8º) [grifos meus].

Conhecer essa pessoa que será incluída, em todas as **suas necessidades** (6º) [grifos meus].

Acredito que seja necessário uma qualificação para trabalhar a inclusão, **o professor precisa conhecer as peculiaridades** (6º) [grifos meus].

Conhecer as especificidades de cada deficiência (8º) [grifos meus].

Parece clara, nesses excertos, a necessidade de conhecer os sujeitos para que a inclusão escolar aconteça. Entendo que através deste conhecimento extraído dos referidos alunos, sobre suas dificuldades e necessidades, é que se desenvolverão estratégias de normalização dos sujeitos.

Segundo os estudos foucaultianos esta iniciativa de conhecer cada vez mais os sujeitos na tentativa de normalizá-los se dá no sentido de governá-los cada vez mais e melhor. Na correnteza dos estudos de Foucault entendo que para governar os sujeitos procuramos antes obter um conhecimento sobre eles, como nos mostra o filósofo:

[...] como governar os homens sem saber, sem conhecer, sem se informar, sem ter um conhecimento da ordem das coisas e da conduta dos indivíduos? Numa palavra, como governar sem conhecer o que se governa e sem conhecer o meio de governar esses homens e essas coisas?(FOUCAULT, 2007, p.274).

Essa noção de governo, presente nos estudos de Foucault (2007), não representa uma instância soberana que realiza decisões executivas, legislativas e administrativas sobre um Estado, mas se refere a ações desenvolvidas para conduzir a conduta dos homens. E para dirigir as condutas dos sujeitos se torna necessário produzir conhecimentos exatos sobre a realidade do Estado, “[...] realidade constituída por uma população, trabalho, comércio etc., quanto mais o governo governar pela verdade menos governará” (2007, p.284). Quanto mais o governo atrelar suas ações à verdade constituída a partir dos conhecimentos sobre o Estado, menos decisões precisará tomar, pois esta verdade sobre Estado fará parte de cada sujeito.

Desta forma, chegará o momento, utópico para Foucault, em que o Estado intervenha apenas em algumas formulações do que deve ser realizado e o exercício do poder se dará pelo indicador de verdade. A verdade demonstrada à população vai fazer com que cada um perceba o que é melhor para todos. Assim, chegará um momento em que o Governo será desnecessário e todos serão “[...] autores e co-autores, autores simultâneos de uma peça que representam e que é aquela da natureza na sua verdade” (2007, p.285). Se todos tiverem acesso a realidade do Estado, poderão perceber como agir sobre este, sem precisar de alguém que os governe. Para isso se precisa estudar, desenvolvendo saberes sobre toda a sociedade.

Esse governo de que Foucault nos fala tem como condição de possibilidade, outras formas de governar que o antecedeu, como as características do que foi chamado de pastorado. O pastor não deve apenas ensinar o seu rebanho, mas deve também observá-lo, “[...] deve formar, a partir desta vida cotidiana de suas ovelhas, que ele vigia, um saber perpétuo que será o saber do comportamento das pessoas e sua conduta” (2008a, p.239). Para conduzir esta conduta esse poder se utiliza da verdade, na busca da aquisição da obediência. “[...] uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e dos outros, pelo qual certa verdade, verdade secreta, verdade da interioridade, verdade da alma oculta, vai ser o elemento pelo qual se exercerá o poder do pastor [...]” (2008a, p.242). Ao final, com a crise do pastorado, a pergunta que inquieta é: como os sujeitos podem se governar e auto conduzir suas vidas sem alguém presente a todo momento, observando as condutas de cada um?

A arte de governo de Maquiavel possibilitou uma nova maneira de governar pensada no príncipe, em seu território e em seu conjunto de súditos. Nesta arte de governar, o soberano usava como meio de manter a ordem do principado o poder de espada, ou seja, o poder de

fazer morrer e deixar viver¹⁰. A arte de governar de Maquiavel consistia em demarcar os perigos, ver sua intensidade e, desta forma, proteger seu principado.

Outra forma de governo trazida por Foucault, é baseada em Lá Perrière, que faz parte da literatura anti- Maquiavel. Lá Perrière considera outras formas de governo, não apenas do príncipe com seu território e seu conjunto de súditos, mas outras formas de governo como as do pai de família, do pedagogo, do juiz, etc. São citadas três formas de governo, “o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar bem uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito a política” (2008a, p.280). Para o autor, cada uma destas três formas de governar estabelece entre si uma continuidade ascendente e descendente. Ascendente porque aquele que pretende governar um Estado, deve antes saber governar uma família, bem como seus bens e patrimônio. Descendente porque a partir do momento em que o Estado é bem governado, os pais de família conseguem governar bem suas famílias e seus patrimônios e, desta forma, os sujeitos agem como devem. Esta arte de governar se preocupa com a relação do homem e das coisas, ou seja:

[...] o homem com relação as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são o costumes, ao hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (FOUCAULT, 2008a, p.282).

Portanto, para um bom governo é preciso saber governar o homem e as coisas que tem relação com ele e que estão em seu entorno. Todas essas coisas devem ser administradas no sentido de se produzir um bem comum a todos. Para bem regular esta sociedade foi preciso se desenvolver uma ciência do governo para poder isolar os problemas específicos da população e perceber a realidade dos fenômenos que ocorrem nesta, quantificando-os. Pensada desta maneira, essa ciência do governo deixou de se reduzir a forma de governar construída a partir dos modos de se conduzir uma família e seus bens. Mas a família continuou a ser uma peça fundamental desta ciência, pois quando se quiser alcançar algum objetivo, é pela família que se irá intervir. A família passa de modelo de uma arte de governar para se tornar um instrumento para pôr em prática uma ciência.

Apreendendo a rede de relações e contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza, etc., se constituirá uma ciência, que se chamará economia política, e ao mesmo tempo uma intervenção característica do governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política.(FOUCAULT, 2008a, p. 290)

¹⁰ Foucault discute sobre essa outra forma de governo dos homens, chamada de Soberania, em obras como *Em defesa da Sociedade* (2005) e *Segurança, Território e População* (2008).

Debruçando o olhar para essas artes de governar, empregadas em outros momentos históricos, conseguimos perceber quais foram as condições de possibilidade para a emergência dessa ciência – chamada por Foucault de economia política – na busca de uma política que consegue, com mínimos esforços, direcionar as condutas de uma população.

Essa outra maneira de governar os sujeitos está preocupada em conhecer a população. Nesse intuito, são desenvolvidos estudos científicos, como os da estatística, para perceber onde estão os problemas sociais no sentido de administrar os processos inerentes a uma população. É nesse sentido, de se preocupar com os problemas da população, diminuindo seus riscos, que intervém o biopoder. Uma forma de governo, preocupada com a vida da população, pois, o que importa no biopoder é o “direito de fazer viver e de deixar morrer (2005 p.287)”, ou seja, agir nesse corpo populacional, buscando cada vez mais estratégias biopolíticas, de regulamentação da vida da população, prevendo e controlando os acidentes, os riscos, os problemas, as deficiências.

Aproximando os estudos foucaultianos acerca das artes de governar a discussão sobre a inclusão escolar na atualidade, percebo o quanto esse conhecimento sobre os incluídos é importante para que se possa normalizá-los, desenvolvendo ações na busca pelo auto governo de cada um. A partir do conhecimento que se tem sobre o sujeito é que será possível desenvolver estratégias que façam com que ele seja normalizado. Estando este sujeito normalizado, cada vez mais ele irá agir e se comportar da maneira que se espera, e tendo suas condutas conduzidas de forma econômica para o Estado.

A campanha em prol da inclusão escolar é uma ação que permite, de modo econômico, intervir na população para a aceitação desses sujeitos em nossa sociedade. Através do discurso proliferado em campanhas de inclusão, leis educacionais entre outros, tomamos a inclusão como um discurso verdadeiro, fazendo com que todos nós passemos a defender tal iniciativa. Assim, os discursos e campanhas proliferados sobre a inclusão têm o firme propósito de – através de um discurso tomado como verdadeiro por nós – conduzir nossas condutas a incluir e aceitar esses sujeitos na sociedade.

As campanhas em geral vêm agindo como uma forma eficaz de manter a sociedade segura, já que atuam gerenciando e minimizando o risco social. Na defesa da sociedade esse dispositivo prevê a eliminação dos riscos e dos problemas que nos perturbam e que nascem no próprio corpo social. Além dessas campanhas funcionarem como regulamentadoras de nossas condutas, elas são econômicas para o Estado, que com discursos proferidos conseguem atingir grande parte da população.

Através dos ditos das estudantes de Pedagogia, vejo o quanto é importante compor saberes sobre os sujeitos incluídos para que se possa perceber as formas pelas quais esses sujeitos aprendem e, assim, pensar as formas com que se desenvolverá o ensino para eles. Esses saberes são importantes também para desenvolver formas de normalizar os sujeitos e de direcionar suas condutas. Estando esses sujeitos normalizados e governados da forma que se espera, estará se mantendo a sociedade segura.

Ao desenvolver saberes sobre os incluídos estamos também produzindo verdades sobre os mesmos, sobre suas formas de agir e de aprender. Esses saberes sobre os referidos sujeitos são muitas vezes produzidos não apenas em sala de aula, observando o aluno, mas também em cursos de formação inicial e continuada. Esta é uma questão recorrentemente tratada pelas estudantes de Pedagogia. A evidência dos saberes constituídos pela academia foi algo apresentado em diferentes questionários respondidos pelas acadêmicas. E é sobre esse saber científico que problematizarei na próxima seção.

A ciência constituindo verdades para o governo dos incluídos

Analisando os questionários das estudantes de Pedagogia sobre que saberes consideram necessários para que a inclusão escolar seja colocada em prática, me deparei com um enunciado recorrente: a importância de profissionais qualificados e da formação inicial, continuada e específica para trabalhar a inclusão. Como percebemos nos excertos abaixo:

Ética, científico, saberes necessários para uma formação integral (2°).

Técnicos, pedagógicos, de consciência. Profissionais qualificados (4°).

Recursos específicos, professores qualificados (2°).

Formação dos professores, assim como a estrutura da instituição (4°).

Respeito, formação especializada entre outros (4°).

Organização, formação, conhecimento, qualificação e acessibilidade (8°).

Especialização para trabalhar com esses alunos e formação continuada (6°).

Um profissional que seja preparado, ou seja, que tenha formação necessária para receber o aluno (4°).

É preciso que se tenham pessoas especializadas para ajudar e atender as pessoas com deficiências, por exemplo (4°).

É preciso ter profissionais preparados, para receber esses alunos (4°).

Acredito que profissionais com formação específica (6°).

Formação dos professores e gestores escolares (6°).

Eu acredito que deveríamos ter cadeiras específicas durante os cursos de formação, bem como, é preciso que os docentes não fiquem com o conhecimento inicial, buscando formação continuada (8°).

Nesses excertos percebo o quanto estas estudantes entendem que para ensinar aos incluídos, precisa-se de um saber diferenciado, espera-se algumas diretrizes de como realizar a inclusão em sala de aula, sem fazer apenas um mero depósito de alunos. Esse saber-fazer é de extrema relevância na opinião das estudantes, como evidenciamos nos ditos referidos. A partir disso, percebo que para as futuras pedagogas a formação de um professorado que atenda as necessidades dos alunos incluídos, depende muito da ciência. A aquisição das produções das verdades da academia, ou seja, da ciência da educação, é condição indispensável para que as práticas de inclusão ocorram no interior das escolas. Para as estudantes, os saberes científicos se tornam essenciais na formação inicial e continuada do professor.

Desta forma, vimos legitimando a ciência, como o lugar que vem ditando as formas de ensinar. Sem ela dificilmente se conseguirá normalizar os sujeitos tomados como anormais. A ciência tem como função pensar em novas formas de disciplinar, corrigir e organizar essa nova demanda de alunos, que são advindos da inclusão escolar. Cada vez mais a ciência vem se colocando como algo inquestionável e tornando seus saberes únicos e verdadeiros. Conforme Foucault (2008) ela se tornou – e ainda continua sendo – o grande regime de verdade da Modernidade, determinando formas de ser, existir e conviver no mundo atual.

Essa ciência, que tem como seu foco de saber o homem, foi desenvolvida a partir das disciplinas, pois, por meio dela conseguimos olhar, esquadrihar, examinar, desenvolver registros sobre esse homem e, assim, produzir verdades sobre ele. A produção de saberes sobre o homem, através da vigilância dos corpos, fez com que classificássemos e organizássemos a sociedade e criássemos um padrão de normalidade. Dentro disso, todos os desvios e diferenças, são tidos como anomalias e, portanto, devem ser corrigidos. Para isso, as ciências humanas entram no jogo, examinando esses corpos e produzindo saberes sobre ele, no sentido de conhecer essas anormalidades para desenvolver estratégias de corrigir e normalizar os sujeitos que são tidos como desviantes.

Não pretendo dizer que o desenvolvimento da ciência é algo ruim, quero apenas problematizar essa ciência vista como salvadora do mundo e que se percebe como mais importante que outros saberes. Penso ser importante questioná-la, pois afinal ela vem produzindo muitos discursos que constituem nosso pensamento sobre muitas questões, entre elas as formas de ensinar e aprender.

Mas o que leva a ciência a ter essa visibilidade e importância em nossa sociedade? Na esteira dos estudos de Foucault (2008) a ciência ganha esses *status* exatamente por se constituir como uma verdade. Conforme o autor, a verdade é aquela que não está em qualquer lugar esperando a ser descoberta. É uma verdade dispersa, produzida de tempos em tempos, em determinados lugares, não sendo produzida o tempo todo e por todos.

Essa produção da verdade pode aparecer na forma de discurso científico produzido e transmitido por diferentes instituições. Essas verdades produzidas não devem ser entendidas como algo apenas a se fazer aceitar. Elas possuem um grande papel político e econômico, pois “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros [...]”(FOUCAULT, 2008, p.180). Penso que esses discursos constituídos pela ciência e tomados como verdadeiros vem ditando formas de viver e se comportar na sociedade, conduzindo muitas de nossas ações.

Para Foucault, na sociedade moderna, o conhecimento científico é indispensável para um bom governo. Um governo que não considera os conhecimentos e as verdades advindos da ciência, está fadado ao fracasso. A ciência vai reivindicar cada vez mais “sua pureza teórica, que vai ser a economia; e, depois, que vai reivindicar ao mesmo tempo o direito de ser levado em consideração por um governo que terá de modelar por ela suas decisões” (FOUCAULT, 2008a, p.472). Cada vez mais essa ciência vai estudar os aspectos intrínsecos da sociedade e, com a formação desses conhecimentos, poderá se intervir nessa população, afim de instituir formas de vida que favoreçam o bom funcionamento da sociedade, conduzindo a todos para o bem-estar da população.

Percebo que as estudantes de Pedagogia entendem que os conhecimentos acerca da inclusão escolar a ser seguido, são esses desenvolvidos pela ciência, nos cursos de formação continuada e também de aperfeiçoamento. Esses cursos geralmente são desenvolvidos pelas universidades, instância onde muitas verdades são produzidas, verdades que nos “ensinam” a colocar em prática a inclusão escolar. E existe para nossa sociedade algo mais verdadeiro que a ciência que é produzida por sujeitos autorizados a falar sobre o assunto, como os pesquisadores? Entendo que para nossa sociedade não existe algo mais confiável do que a ciência e as vozes dos que a desenvolvem. Assim, percebo o quanto essa ciência produzida acerca da inclusão escolar se torna uma verdade e acaba por ditar regras de como ensinar, normalizar e governar os alunos incluídos.

Nos ditos das estudantes desta pesquisa há uma área da ciência que se destaca: a da psicologia. Nos enunciados analisados as estudantes vêm entendendo que o saber desta ciência é um saber importante para pôr em prática a inclusão escolar, como destaco nos excertos abaixo:

Noções de psicologia, libras, etc., entre outros **conhecimentos teóricos especialmente na área de psicologia** (8º) [Grifo meu].

Psicologia dos portadores de necessidades especiais, psicomotricidade, educação física (8º) [Grifo meu].

Formação na área de psicologia (8º) [Grifo meu].

Leis, **psicológicos** e alguns conhecimentos sobre as doenças (8º) [Grifo meu].

Psicologia dos portadores de necessidades especiais (8º) [Grifo meu].

Mas o que faz com que a psicologia se destaque como uma área da ciência importante para se desenvolver a inclusão escolar? O que faz com que dentro de um curso de Pedagogia, a psicologia ganhe mais destaque para o ensino dos incluídos, do que os próprios conhecimentos advindos da ciência da educação? Buscando problematizar as questões que trago acima e tentando entender melhor essa indicação da psicologia como um saber importante no ensino dos incluídos, me baseio nos estudos de Foucault (2006), que traz grandes contribuições para se pensar o alargamento do poder psiquiátrico dentro da nossa sociedade. Agora não mais esse conhecimento é aplicado em asilos, mas se estende e é chamado a outras instâncias da sociedade. O que fez com que esse saber restrito em determinado momento às instituições asilares se disseminasse por outras instituições, como a escola? Para Foucault, foi a partir da criança não louca que se disseminou a psiquiatrização, ou seja:

[...] a psiquiatrização da criança passou por outro personagem: a criança imbecil, a criança idiota, a que logo será chamada de criança retardada, isto é, uma criança que se tomou cuidado, desde o início, desde os trinta primeiros anos do século XIX, de especificar bem que não era louca. (FOUCAULT, 2006, p.257)

Até certo período os imbecis e idiotas estavam imersos na categoria da loucura, essas faziam parte das espécies de loucura. A partir do momento em que se desenvolveu diferentes estudos sobre os sujeitos imbecis, idiotas e retardados, percebeu-se que estes não faziam parte das espécies de loucura, e passaram a não serem considerados como doentes. Foram considerados como temporalidades da infância, ou seja, como uma variedade dentro do desenvolvimento normal da criança, assim “[...] a criança idiota ou a criança retardada não é uma criança doente, é uma criança anormal” (FOUCAULT, 2006, p.266). A partir disso a única maneira de curar essa criança seria por intermédio da educação, uma educação com algumas especificações e baseado em diferentes métodos, portanto a terapêutica desse sujeito será a própria pedagogia. Quando esses sujeitos passam a fazer parte do ensino primário, eles se tornam problemas dentro de estabelecimentos de ensino, e assim, vão ser aos poucos repelidos aos asilos.

Nessas instituições asilares, é em relação ao corpo do mestre que se dará a educação especial, esse mestre é a autoridade. É pelo mestre que passará a realidade do conteúdo pedagógico. O asilo dos alienados é organizado de forma igual a um espaço disciplinar, com a

distribuição espacial dos corpos e o emprego completo do tempo em trabalho. O que veicula dentro dessas instituições asilares nada mais é que trazer o exterior para dentro do asilo, ou seja, trazer a realidade da escola, em que eles foram expulsos e o quais foram designados como idiotas. Essa realidade escolar irá funcionar como regra geral de tratamento dentro dos asilos, assim esse lugar irá repetir os mesmos moldes da educação empregada na escola primária. A realidade escolar vai funcionar como uma ferramenta dentro do poder psiquiátrico.

Foi através dos problemas provocados pela criança idiota, imbecil e retardada que a psiquiatria se tornou um poder capaz de definir o que é anormal, de controlá-lo e, portanto, de corrigi-lo. E assim tudo que é visto como desviante, todas as anomalias, a psiquiatria vai tomar para si, e foi “pelo caminho dessa demarcação da criança anormal que se fizeram a generalização, a difusão, a disseminação do poder psiquiátrico na nossa sociedade” (FOUCAULT, 2006, p.281).

Através dos estudos de Foucault, entendo o porquê de a psicologia ter se tornado um campo de estudo tão potente dentro da pedagogia, principalmente, referindo-se aos incluídos. Afinal, foi ela quem os estudou, os classificou, e é ela quem pensou e ainda pensa, através da realidade escolar e pedagógica, as formas de como os ensinar, corrigir e conseqüentemente de governar os sujeitos, que hoje são os incluídos.

Como efeito dessa psiquiatrização da pedagogia, segundo Jorge Ramos do Ó (2006), o ensino na modernidade passou a ser baseado no conhecimento que se tem sobre cada aluno, sobre que metodologia que iria se utilizar de acordo com a inteligência e temperamento de cada um dos alunos. Nesse contexto, o papel do professor também foi sendo substituído já que quem era responsável por seu conhecimento era o próprio aluno. “Aquele que medindo muito bem tanto o seus actos e formas de comportamento, saberia sempre encontrar a melhor forma de se adaptar espontaneamente à vida escolar” (Ó, 2006, p.282). Desta forma, o papel do professor passou a ser de um mediador, de alguém que fazia observação, registros e análises das capacidades de cada aluno.

Entendo essa prática escolar, como um conjunto de técnicas que estimulam o sujeito a agir, pensar e operar alterações sobre seu corpo e sua alma, adequando suas condutas de acordo com os princípios morais de cada momento. A liberdade e autonomia proporcionada fazem com que cada um reflita sobre as suas ações, e assim passe a perceber a melhor forma e caminho a seguir, governando a si mesmo. Desta forma [...] a modernidade passou a ser caracterizada pelo permanente esforço de governar sem governar, de estender o poder até aos

limites mais distantes, isto é, até às escolhas de sujeitos autônomos nas suas decisões. (Ó, 2006a, p. 28)

Para Larrosa (1994) as práticas pedagógicas e/ ou terapêuticas não são organizadas para possibilitar o encontro da pessoa consigo mesmo, onde podem desenvolver sua autoconsciência e autodeterminação. Essas são práticas que regulam e modificam as relações do “sujeito consigo mesmo e nas quais se constitui a experiência de si ”(1994, p.43).

Com essas análises de Jorge do Ó e Jorge Larrosa percebo a importância do campo de saber da Psicologia para o processo de inclusão escolar. Faz-se necessário um conhecimento interior de si, para que o processo de governo das condutas se efetive. Conhecendo-se cada vez mais e melhor, o sujeito incluído conseguirá agir sobre suas ações, alcançando o comportamento esperado pela sociedade e, conseqüentemente, pela escola.

A experiência de si deve ser transmitida e aprendida, por todo novo membro de uma cultura, todos devem ser dotados de alguma experiência de si, a educação além de construir e transmitir o conhecimento do mundo, deve também transmitir e produzir o conhecimento, a experiência que as pessoas têm sobre si mesmas e dos outros como sujeitos. Uma prática pedagógica como “educação moral, uma assembléia em um colégio, uma sessão de um grupo de terapia, o que ocorre em um confessionário, em um grupo político, ou em uma comunidade religiosa” (LARROSA, 1994,p.54) está ligada à reflexão sobre si, no sentido de pensar, refletir sobre nossas práticas, no sentido de buscar modificá-las. Desta forma, não é possível cuidar de si sem adquirir saberes sobre si mesmo, para Foucault (2006a, p.269):

O cuidado de si é certamente o conhecimento de si – este é o lado socrático-platônico –, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade.

Podemos entender algumas práticas pedagógicas do processo de inclusão como um conjunto de normas e valores a serem seguidos, ou de moldar os corpos dos sujeitos para desenvolver determinadas maneiras de se comportar. Trata-se de produzir e mediar pedagogicamente a relação do sujeito incluído consigo mesmo, com o objetivo de modificá-lo, transformando a experiência que o sujeito tem de si mesmo. Assim, os sujeitos produzem verdades sobre si mesmos, confessam suas ações, refletem sobre elas no sentido de transformá-las. Segundo Foucault (2006a, p.265) essa prática:

[...] poderia chamar de uma prática ascética, dando um ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não no sentido de uma moral da renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser.

O campo das ciências marcadas pela psicologia – chamado de campo psi – vem desenvolvendo formas de o sujeito pensar, refletir e transformar as suas ações, elaborando essas questões consigo mesmo. Vale pensarmos o quanto isto é importante para que as práticas de inclusão sejam efetivadas, já que é necessário um olhar-se, no interior, para conhecer-se cada vez mais na busca do auto governo e auto controle. Para isso, muitas vezes é chamado um antigo ritual, utilizados em práticas religiosas, que é a prática da confissão, uma forma de falar, se expressar, tornando sua subjetividade pública e que vem conduzindo os sujeitos para o caminho do bem. Foucault (2008, p.264), falando da sexualidade, nos diz que por confissão entende “todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeito sobre o próprio sujeito”. Desta forma, a prática da confissão se configura como uma importante ferramenta para o sujeito incluído perceber e entender sua subjetividade e desenvolver sua conduta de acordo com os moldes que a sociedade vem ditando como correto.

Como pode-se perceber as práticas pedagógicas estão intrinsecamente associadas a ciências psi, o que faz com que todo conhecimento pedagógico tenha as contribuições dessas ciências. Se hoje vemos nas escolas orientadores educacionais, encaminhamentos psicológicos, testes, relatórios da vida escolar e pessoal de alunos tidos como problema, salas de recursos, psicopedagogos, é porque as ciências psi tem cada vez mais introduzido seus conhecimentos no campo educacional.

Especialistas da área psi muitas vezes pedem auxílio aos professores, pedindo relatórios do comportamento dos alunos, de suas famílias, todo esse estudo sobre o aluno, é no sentido de conhecer a subjetividade do mesmo. Quanto mais informações se tiver sobre a subjetividade do aluno, mais ações para que esse aluno modifique a si mesmo, reconstruindo sua própria identidade, através da reflexão e avaliação de suas próprias ações, para modificá-las. Percebo, assim como Nikolas Rose (1988), que a função desse campo de conhecimento é corrigir as *almas deformadas*, transformar essa alma em algo sempre melhor e mais adequado aos princípios tidos como corretos na nossa sociedade. E como a sociedade – e os processos de inclusão escolar – olha para os sujeitos incluídos senão como aqueles que necessitam ser normalizados, com práticas permanentes de correção, controle e vigilância?

Cada vez mais os conhecimentos advindos das ciências psi vêm ganhando importância, não apenas no cenário educacional, mas também como uma ciência importante para as ações de governo. A subjetividade do sujeito começou a fazer parte dos cálculos e de conhecimentos adquiridos para melhor governar e administrar a alma humana.

Com esses conhecimentos e cálculos sobre os sujeitos é possível, através do exame, que se constitui como uma vigilância constante do sujeito, tornar a individualidade deste conhecida e, portanto, calculável. Os dados adquiridos através do exame são registrados, comparados, avaliados e julgados afim de que sirvam de cálculos para governar a subjetividade dos sujeitos “ao tornar a subjetividade calculável, elas tornam as pessoas sujeitas a que se façam coisas com elas – e que façam coisas a elas próprias – em nome de suas capacidades subjetivas” (ROSE, 1988, p.37).

O desenvolvimento das ciências psi contribuiu para traduzir e conhecer a psique humana, tornando possível governar a subjetividade e permitindo a produção de novas técnicas de estruturar a realidade. Desta forma, conhecendo a subjetividade humana, se pode desenvolver outras técnicas para melhor governar os mesmos.

A psicologia é uma ciência alicerçada em diferentes bases filosóficas e por isso tem sido aplicada em diversos contextos, que contribuem na articulação do poder social com a alma humana. Assim vem governando a subjetividade dos sujeitos. Desta forma, a psicologia ganha visibilidade e importância em nossa sociedade já que vem desenvolvendo conhecimentos sobre a subjetividade dos sujeitos, facilitando e indicando as formas de como conduzir as condutas dos mesmos.

As ciências psi vêm montando uma rede com diferentes profissionais, como psicólogos, psicopedagogos, médicos neurologistas, entre outros que se articulam e desenvolvem conhecimentos na tentativa de produzir diferentes saberes sobre os sujeitos, moldando suas condutas com base no estabelecimento de regras, códigos e valores, pela constante reflexão de si mesmos.

Nesse sentido, vejo o quanto o campo psi vem se tornando uma importante ferramenta capaz de guiar as condutas dos sujeitos, pois vem desvelando a subjetividade humana para que cada vez mais e melhor ela possa ser conduzida da forma como se quer, de acordo com os princípios vigentes em determinada época. Assim a ciência psi vem buscando produzir tipos de sujeitos desejáveis pela sociedade. A emergência dessas ciências dentro do ambiente escolar e pedagógico vem realizando esse mesmo papel de fazer com que cada aluno e professor reflita sobre suas ações, buscando fazer com que cada um pense e aja de acordo com o que é melhor para a convivência em sociedade.

Considerações Finais

Neste estudo analisei enunciados produzidos por estudantes do curso de Pedagogia da FURG. Estas entendem como um saber necessário para desenvolver a inclusão escolar,

conhecer os alunos. A partir dos estudos foucaultianos, estudando os sujeitos incluídos torna-se possível desenvolver estratégias de normalização sobre os anormais. Esses sujeitos normalizados serão também cada vez mais e melhor governados.

As estudantes percebem também que a qualificação do professorado através de cursos de formação inicial e continuada, são necessários para colocar em prática a inclusão escolar. Através destes ditos percebo o quanto a ciência vem ditando o que é certo, o que devemos seguir, as formas de viver, se comportar, aprender e ensinar. É visível em nossa sociedade o quanto ela se apresenta como algo inquestionável e verdadeiro e, por isso, confiamos e nos deixamos ser conduzidos por ela.

O saber científico destacado pelas estudantes como importante para desenvolver a inclusão escolar, foi o saber da psicologia. Esta é a área que a tempos vem estudando e desenvolvendo saberes sobre os que hoje são os incluídos. Esse campo de conhecimento dedicou-se e dedica-se a desenvolver saberes e estratégias de ensino, aprendizado e de normalização dos sujeitos incluídos. Cada vez mais, no campo educacional, as ciências psi vêm se tornando um saber privilegiado para se desenvolver a inclusão escolar, já que esta área vem buscando desenvolver nos sujeitos, não só incluídos, o conhecimento de si mesmo, com o intuito de fazer com que nos modifiquemos e nos tornemos sujeitos que agem de acordo com que a sociedade espera. Assim a psicologia e outras tantas ciências procuram cada vez mais conhecer os sujeitos no intuito de cada vez mais e melhor guiar suas posturas e ações, de acordo com o que é considerado bom e produtivo para a sociedade contemporânea.

Assim, problematizo os enunciados proferidos pelas estudantes de Pedagogia, não no sentido de percebê-los como coisas boas ou ruins, mas para que possamos entender o quanto estes discursos vem nos interpelando a ponto de governar nossos modos de agir, existir e se comportar no mundo. Enfim, compreendo esses enunciados como práticas que produzem coisas sobre nós e que inegavelmente vêm funcionando como formas de organizar e conduzir a sociedade a um objetivo comum: o bem estar de todos.

Trouxe essas problematizações não no sentido de contestar os enunciados proferidos pelas estudantes de Pedagogia, mas para que possamos suspeitar, estranhar, olhar com outras lentes alguns discursos presentes na nossa sociedade, que vem governando nossos modos de agir. Questionar essas verdades nos possibilita pensar outras formas de viver no mundo, para além do único olhar baseado nos discursos científicos.

REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2008.

_____. A inquietude da atualidade. In: **IHU On- Line**: Michel Foucault e as urgências da atualidade 20 anos depois. Ano 4- nº 119. São Leopoldo, 2004.

_____. Do governo dos vivos. In: **VERVE**. São Paulo, 2007.

_____. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **O Poder Psiquiátrico** : Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Ditos e Escritos V- Ética, Sexualidade e Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

LARROSA, Jorge. “Tecnologias do eu e educação”. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

Ó, Jorge Ramos. A criança transformada em aluno: a emergência da psicopedagogia moderna e os cenários de subjectivação dos escolares a partir do último quartel do século XIX. In: SOMMER. Luís Henrique. BUJES. Maria Isabel E. **Educação e Cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens** (Orgs). Canoas: ULBRA, 2006.

_____. Poder- saber- querer os terrenos disciplinares da alma e do autogoverno no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911). In: **Revista Brasileira de História da Educação** nº12. 2006a. Disponibilizada em <http://www.sbhe.org.br>

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomaz Tadeuda (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988, p.30-45.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um convite para continuar refletindo...

Meu problema, ou a única possibilidade de trabalho teórico para mim, seria somente a de deixar o desenho mais inteligível possível, o traço do movimento pelo qual eu não estou mais no lugar onde estava agora há pouco. Daí, a perpétua necessidade de realçar, o ponto de passagem que a cada deslocamento arrisco modificar, senão o conjunto, pelo menos a maneira pela qual se lê ou pela qual se apreende o que pode haver de inteligível. Essa necessidade, portanto, não aparece jamais como plano de um edifício permanente; não é preciso reclamar e impor as mesmas exigências como se tratasse de um plano; trata-se, mais uma vez, de traçar um deslocamento, traçar não edifícios teóricos, mas deslocamentos pelos quais as posições teóricas não cessam de se transformar (FOUCAULT, 2007b, p. 291/292).

Enfim, chegou o momento de tentar concluir esta pesquisa, mas penso que concluir e finalizar são termos que não cabem mais após se aproximar das obras foucaultianas. Não trago aqui um edifício acabado, longe disso, trago apenas os deslocamentos, as aproximações teóricas que estabeleci a partir das inquietações que a algum tempo vêm me acompanhando.

Assim, me preocupei, como nos diz Foucault, em mostrar as transformações, os movimentos que me fizeram mudar de direção, no decorrer desta pesquisa, os caminhos que me levaram a estabelecer algumas considerações sobre a inclusão escolar, tema que discuti ao longo dessa dissertação. Para tratar desse tema, não o entendi a partir de considerações permanentes, pois elas são construídas no agora, com a especificação de ser arquitetada nesse momento histórico.

Desta forma o que foi dito aqui, em algum tempo pode ser visto com outro olhar por mim mesma. E o mais interessante é que isso não é ruim, pois, como nos diz Foucault “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (2009, p. 20). A partir dessas palavras, entendo que não precisamos permanecer sempre os mesmos, ter as mesmas opiniões... os deslocamentos e as transformações são necessárias.

Passo a seguir, a desenhar algumas conclusões acerca do caminho que percorri durante esses dois anos, imersa nas leituras e no *corpus* discursivo que compõem essa dissertação. A intenção foi analisar os enunciados de estudantes da Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande, acerca da inclusão escolar. Ressalto que este é um olhar particular sobre as políticas públicas e os enunciados produzidos por estas estudantes. Assim, os mesmos dados poderiam ser analisados por outro viés e vistos através de outras lentes e, dessa forma, constituir-se-ia um estudo diferente do que trago aqui.

Sem a pretensão de fechar esse desenho, trago apenas algumas considerações sobre o que este estudo procurou evidenciar, através dos três traçados que fazem parte desta pesquisa.

A partir deste estudo, percebi dois movimentos na história dos chamados incluídos: 1- o momento em que esses sujeitos foram considerados estranhos, ou seja, quando não se tinha desenvolvido saberes sobre eles, quando estes eram muitas vezes segregados em algumas situações pela sociedade; 2- o momento em que estes sujeitos passaram a ser incluídos na sociedade, para que fossem estudados e conhecidos. Esses saberes se tornam necessários, porque precisamos desenvolver estratégias para tentar corrigir, adestrar e normalizar os sujeitos incluídos. Através deste adestramento, o sujeito anormal também se tornará útil para sociedade em que vive. Assim, a inclusão age no corpo de cada indivíduo incluído, com o intuito de corrigir, domesticar, tornando esses corpos docilizados e úteis para todo o tecido social.

Vejo também, a partir dos documentos analisados, algumas técnicas da sociedade de segurança, como as estatísticas utilizadas para quantificar informações sobre esse grupo populacional e, conseqüentemente, identificar os riscos possíveis de acometê-lo, possibilitando desenvolver ações de prevenção dos riscos que podem atacar esse grupo e os riscos que podem ser causados também ao restante da população. Outra técnica encontrada é a do incentivo dado para que os sujeitos incluídos estudem e entrem no mercado de trabalho, fazendo com que ingressem também na lógica neoliberal, onde todos devem ter renda para assim consumir.

Ao olhar para o discurso proferido sobre a inclusão escolar, percebi o quanto este está marcado pela episteme que nos abriga, que vem ditando através dos discursos proferidos, algumas verdades sobre como devemos agir, pensar e se comportar no mundo. Essas verdades proliferadas nos interpelam de tal maneira que concordamos com tudo o que é dito por ela sem questionar. Ainda que indague-me sobre essas questões, entendo o quanto é difícil desestabilizar nossos pensamentos, já que estamos tão acostumados a viver, pensar e agir conforme o solo positivo da episteme moderna.

Vejo também que, se observamos, classificamos e ordenamos os sujeitos incluídos, é porque todos nós somos filhos da episteme moderna e, por isso, precisamos dessas estratégias para organizar a sociedade. Precisamos desenvolver meios de apagar as diferenças e trazer tudo que é estranho e anormal para o mais perto possível da mesmidade. Esse se torna um imperativo da sociedade moderna, já que ela precisa ser organizada de forma com que todos se pareçam, pois assim, torna-se mais fácil de conduzir a conduta de todos.

Buscamos, cada vez mais, novas formas de trazer esse sujeito visto como *outro* e diferente para a *mesmo*, o parecido e aparentado, firmando o propósito de uma sociedade moderna: a homogeneização de tudo e de todos. Para efetivar esse projeto são desenvolvidas estratégias disciplinares, com intuito de fazer com que através dessa correção e com a aproximação dos sujeitos ao centro da norma, defendamos a sociedade dos riscos que podem acometê-la se os indivíduos não estiverem normalizados e bem governados. Assim, esta ação biopolítica, nomeada de inclusão escolar, se torna indispensável na sociedade moderna, já que vem garantindo a segurança da população e o bem estar de todos que a compõem.

Percebi, ainda, a importância de conhecer os sujeitos, de desenvolver saberes sobre eles para que assim se produza formas de, cada vez mais e melhor, governar suas condutas. Ainda notei o quanto os discursos proliferados pela ciência ganham sua importância para desenvolver a inclusão escolar, já que a ciência e, em especial, a ciências da psicologia, vem historicamente desenvolvendo saberes sobre os sujeitos que hoje são incluídos. Diferentes campos científicos buscam desenvolver técnicas que possibilitam fazer com que, os sujeitos incluídos – mas não apenas eles – modifiquem seus comportamentos através do ato de olhar para si e conhecer a si mesmo. Com esse saber desenvolvido sobre nós mesmos podemos identificar nossos problemas e refletir sobre eles. Assim, o intuito parece ser transformar nossas condutas e passar a agir de acordo com o que é considerado bom e produtivo para a sociedade.

Dessa forma, diferentes ciências vêm criando inúmeras técnicas de ensinar, aprender e normalizar os sujeitos incluídos. Esses discursos científicos, por serem vistos como legítimos e verdadeiros, vão guiando as ações, condutas, formas de pensar e agir não só dos incluídos, mas de todos nós.

A partir desta pesquisa venho entendendo que a escola, e o campo da educação em geral, ainda se assentam em bases marcadas pela episteme moderna, que nos abriga, desenvolvendo os antigos – e agora rearranjados – moldes de uma educação disciplinar. E os alunos incluídos, são sujeitos que devem estar na escola regular para que sejam normalizados fazendo com que todos se pareçam.

Nesse sentido, minhas inquietações são maiores ainda. Afinal, por que temos sempre que seguir os moldes modernos? Por que não desenvolvemos outras formas de pensar e se comportar? Entendo que, sem essas pequenas revoltas e inquietações, estaremos sempre fadados a viver da mesma forma, com os mesmos princípios, o mesmo ensino, a mesma forma de viver e agir. O *mesmo* nos perseguindo sempre e, por que não tentar *outras* formas?

Por fim, penso que essa dissertação serve muito mais para desestabilizar nossos pensamentos sobre algumas verdades que acompanham nossa sociedade, do que para construir e fixar mais uma delas. Ela se torna um convite, para mim e aos leitores, para estimular o pensamento em direção a outros olhares, outros desenhos para nossa sociedade, que não os já sabidos e conhecidos.

4. REFERÊNCIAS

BELLO, Samuel E.L. TRAVERSINI. Clarice S. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. In: **Educação e Realidade**. 2009.p. 135-152.

BUJES, Maria Isabel E. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

EWALD. François. **Foucault, a Norma e o Direito**. 2. ed. Lisboa: Vega, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. 9ºed. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11 Ed. Campinas: Loyola, 2007.

_____. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975)2º tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 4º tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas prisões.33ºed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. 25º ed.São Paulo: Graal, 2008a.

_____. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. A inquietude da atualidade. In: **IHU On- Line**: Michel Foucault e as urgências da atualidade 20 anos depois. Ano 4- nº 119. São Leopoldo, 2004.

_____. Do governo dos vivos. In: **VERVE**. São Paulo, 2007b.

_____. **O Poder Psiquiátrico** : Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Ditos e Escritos V-** Ética, Sexualidade e Política. 2ªed.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. **Ditos e Escritos IV-** Estratégia, Poder- Saber.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HATTGE, Morgana Domênica. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle do risco social. In: **IN/Exclusão:** nas tramas da escola. LOPES, Maura C. DAL'LGNA. Maria C.(orgs). Canoas: Ed. Ulbra, 2007.

HENNING, Paula C. **Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos produção de saber e moral nas ciências humanas.** Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio do Sinos- UNISINUS, 2008.

LARROSA, Jorge. “Tecnologias do eu e educação”. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação.** Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

_____. La experiencia de la lectura. Barcelona: Lertes, 1996.

LOCKMANN, Kamila. **Inclusão escolar:** saberes que operam para governar a população. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010, Porto Alegre.

LOPES, Maura Corcini. A Inclusão como Ficção Moderna. In: **Pedagogia** a revista do curso. V.3, nº 6. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2004. p.7-20.

LOPES, Maura C. Inclusão Escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura C. DAL'LGNA. Maria C.(Orgs). **IN/Exclusão:** nas tramas da escola. Canoas: Ed. Ulbra, 2007.

Ó, Jorge Ramos. A criança transformada em aluno: a emergência da psicopedagogia moderna e os cenários de subjectivação dos escolares a partir do último quartel do século XIX. In: SOMMER. Luís Henrique. BUJES. Maria Isabel E. **Educação e Cultura contemporânea:** articulações, provocações e transgressões em novas paisagens (Orgs). Canoas: ULBRA, 2006.

_____. Poder- saber- querer os terrenos disciplinares da alma e do autogoverno no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911). In: **Revista Brasileira de História da Educação** nº12. 2006a. Disponibilizada em <http://www.sbhe.org.br>

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomaz Tadeuda (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988, p.30-45.

SILVA, Tomaz T. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKLIAR, Carlos B. A educação e a pergunta pelos Outros. Diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. In: **Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos** n.05, 2003, p. 37-49 Disponível em: http://www.perspectica.ufsc.br/pontodevista_05/03_skliar 29 de Dezembro de 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T.(org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

5. ANEXO I



Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da vida e Saúde

Orientadora: Paula Henning

Orientanda: Renata Barros

Questionário

Curso: _____ Semestre: _____

Atua como docente: Sim Não

Em tua sala de aula, possui aluno incluído? Sim Não

Quais as necessidades educacionais especiais desses alunos? _____

A escola ou Secretaria da Educação oferece formação continuada para qualificar os professores para inclusão educacional? Sim Não

O que entendes por inclusão educacional? _____

Conheces as políticas públicas vinculadas a inclusão hoje? Cita a que julgas importante?

Percebes ou não as políticas de inclusão educacional como importante para educação hoje? Por quê? _____

Como percebes a organização pedagógica das escolas, hoje, para receber alunos com necessidades especiais? _____

Quais saberes julgas necessários para que o processo de inclusão aconteça? _____

Quais subsídios a escola oferece para os professores que possuem alunos incluídos na sala de aula?
